



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**COLEGIADO DE GEOGRAFIA**

**DANIEL SENA DE JESUS**

**RISCOS CLIMÁTICOS E RACISMO AMBIENTAL:  
ANÁLISE DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS**

Salvador  
2021

**DANIEL SENA DE JESUS**

**RISCOS CLIMÁTICOS E RACISMO AMBIENTAL:  
ANÁLISE DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Paulo César Zangalli Júnior.


Salvador

2021

**DANIEL SENA DE JESUS**

**RISCOS CLIMÁTICOS E RACISMO AMBIENTAL: UMA  
ANÁLISE DOS DISCURSOS HEGEMÔNICOS E DAS AÇÕES  
E NÃO AÇÕES DO ESTADO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Graduação em Geografia da  
Universidade Federal da Bahia como pré-requisito  
para a obtenção do Título de Bacharel em  
Geografia pela seguinte banca examinadora:



---

Dr. Paulo César Zangalli Junior  
Orientador – Instituto de Geociências - UFBA



---

Dra. Catherine Prost  
Examinadora – UFBA



---

Dr. Lindberg Nascimento Junior  
Examinador Externo – UFSC

À todas as famílias brasileiras que foram  
destróçadas pelos projetos de Estado com  
concepções racistas.

## **AGRADECIMENTOS**

### A jornada

#### **Parte 1: O arrumar das malas**

Antes de qualquer viagem, a primeira etapa é o planejamento e o arrumar das malas. É o que vem antes. Aqui, nesse momento, eu não arrumo as minhas malas só. Ela foi arrumada por muitas mãos, que inclusive se sacrificaram para que eu pudesse embarcar nessa jornada.

Por processos que hoje eu tenho conhecimento toda minha ancestralidade foi apagada e me foi negado o direito de ter acesso a educação. Os reflexos de uma educação frágil é refletida nos dias atuais e com muita dificuldade eu consegui ingressar em uma universidade, sendo o primeiro de gerações. E, continuei graças a minha família, que de forma direta e indireta, não permitiu que eu trabalhasse e me dedicasse aos estudos.

Passamos por momentos difíceis, mas juntos os superamos. Por isso, antes de qualquer coisa, eu preciso agradecer e dedicar não só esse trabalho de conclusão de curso, mas a minha formação ao meu pai, Seu José, a minha irmã, Maria, e em especial a minha mãe, Dona Val.

#### **Parte 2: Escolher uma poltrona.**

Nesse momento entro em um ônibus com pessoas totalmente desconhecidas e me sento no fundão.

Enfrentar desafios na universidade eu já esperava. O que eu não esperava era que durante esse percurso eu conheceria pessoas que tornaram essa viagem mais fácil.

Aqui eu agradeço a Rodrigo Santos por ser o meu padrinho e por ser a pessoa a oferecer o lugar ao seu lado no ônibus. E aos meus amigos: Isaac, Roberta, Laercio, Vanessa, Ranilo, Leandro, Moacy, Larissa e Rebeca. Pelas conversas, conselhos, festas, risos, choros e paciência. Muito obrigado!

Quando tudo isso passar e as máscaras caírem, vamos nos embriagar de sorrisos, sair pelas ruas destilando felicidade e transpirando amor!

#### **Parte 3: Cinto de segurança.**

Aqui eu gostaria de deixar um agradecimento especial a Vitor Oliveira. Essa pessoa que foi de fato o meu cinto de segurança.

Eu tive uma vida difícil e você, meu amigo, sabe disso. Antes eu não compreendia o porquê de não ter amigos. E sempre desejava um. No momento certo, você apareceu e me deu

a segurança que eu precisava para não desistir. Eu só tenho que te agradecer por tudo. Tenho certeza que a nossa amizade fazia parte de um plano de algo maior. E vou levá-la para a vida.

#### **Parte 4: O guia**

Quando embarcamos em uma excursão, o guia é o profissional responsável por nos acompanhar e orientar, ou seja, literalmente nos guiar nessa jornada.

Quem me guiou durante o meu trajeto foi o meu professor e orientador Paulo Zangalli. Esse jovem professor, com muita paciência, foi responsável por me apresentar a essa vertente da geografia que tem na sua essência a luta pelos direitos civis.

As suas palavras são como uma chama, que em certos momentos aquece e acalma os aflitos e em outros, incendeia e alastra como o fogo da revolução.

Pela sua paciência, pelas suas palavras e pelos seus ensinamentos: muito obrigado !

#### **Parte 5: A chegada**

A chegada não é o fim. Essa é só uma etapa que se finaliza. Mas antes de desembarcar, eu não poderia deixar de ressaltar que fui cotista, residente e bolsista. Sou mais uma pessoa que é fruto de uma política pública de inclusão e de permanência no ensino superior. COTAS é reparação histórica e por isso:

NUNCA foi sorte!

NUNCA foi mérito!

SEMPRE foi OPORTUNIDADE!

## **EPÍGRAFE**

“Povo guerreiro, bate tambor

Comemora a liberdade

Mas a igualdade não chegou”

(Composição de Ricardo Rabelo e Willian Borges  
interpretada por Criolo)

## RESUMO

O objetivo deste trabalho foi compreender os processos de construção do risco e racismo ambiental no município de Salvador - BA. Parte-se da contradição real entre os projetos relacionados aos riscos climáticos e as concepções racistas que de forma intencional ou não aprofundam as desigualdades espaciais, sociais e ambientais. O Estado e a mídia são instituições sociais historicamente aliadas. Para atingir o objetivo, analisou-se os discursos hegemônicos oficializados pela mídia e como estes tratam os impactos ambientais em Salvador do jornal “Correio da Bahia: o que a Bahia quer saber” na plataforma eletrônica do jornal. No primeiro momento foi feito o tratamento e classificação dessas reportagens em dois grupos, sendo eles: i) Os eventos e episódios extremos em Salvador 2009 à 2018; ii) Ações e não ações do Estado. No segundo momento, buscando superar a lógica hegemônica de responsabilização dos sujeitos atingidos e, também, de que somente os dias com excepcionalidades em acumulados de precipitação podem deflagrar episódios extremos, confrontou-se as chamadas dos munícipes a CODESAL, com os dados de acumulados de precipitação do INMET e os dados de registros de episódios de deslizamento e alagamento da CODESAL. No terceiro momento, foram classificados em dois grupos, os bairros com maior quantidade de reportagens sobre deslizamento, alagamento ou intervenção do Estado, portanto, bairros habitados por sujeitos mais atingidos, logo os territórios em risco em Salvador, foram eles: a) Centro; b) Miolo de Salvador. No quarto e último momento, analisou-se desse mesmo jornal e classificou em nos seguintes grupos: i) o assistencialismo entre as condições de habitualidade e excepcionalidade; ii) Presença e ausência do risco (Estado); iii) Naturalização dos fenômenos. Por fim, apresenta-se como uma leitura e análise da realidade feita por meio da geografia do clima pode ser uma possibilidade outra e um instrumento de luta por direitos civis.

**Palavras-chaves:** riscos climáticos, racismo ambiental, análise dos discursos.



## ABSTRACT

The objective of this work was to understand the processes of construction of environmental risk and racism in the city of Salvador - BA. It starts with the real contradiction between projects related to climate risks and racist conceptions that intentionally or unintentionally deepen as spatial, social and environmental inequalities. The State and the media are historically allied social institutions. To achieve the objective, analyze the hegemonic discourses made official by the media and how they treat the environmental impacts in Salvador of the newspaper "Correio da Bahia: what Bahia wants to know" on the newspaper's electronic platform. At first, these reports were treated and classified into two groups, namely: i) Extreme events and episodes in Salvador 2009 to 2018; ii) Actions and non-actions of the State. At the moment, seeking to overcome the hegemonic logic of accountability of the affected subjects and, also, that only days with exceptionalities in accumulated of accumulated can trigger extreme episodes, it was faced with calls from citizens to CODESAL, with accumulated data to return from INMET and data from records of landslide and flooding episodes from CODESAL. In the third moment, the neighborhoods with the highest number of reports on landslides, flooding or State intervention were classified into two groups, therefore, neighborhoods inhabited by affected individuals, hence territories at risk in Salvador, were: a) Center; b) Core of Salvador. In the fourth and last moment, the same newspaper was analyzed and classified into the following groups: i) assistance between the conditions of habituality and exceptionality; ii) Presence and absence of risk (State); iii) Naturalization of phenomena. Finally, it is presented as a reading and analysis of reality made through the geography of the climate can be another possibility and an instrument in the struggle for civil rights.

**Keywords:** climate risks, environmental racism, discourse analysis.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Relação entre população de média e alta renda, por cor, e os deslizamentos de massa em Salvador.....	36
Figura 2. Distribuição dos Acumulados de Chuva em Salvador (13/03/2018) .....	45

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Regime de precipitação em relação as normais climáticas.....	21
Gráfico 2. Total de reportagens sobre os eventos e episódios extremos em Salvador 2009 à 2018.....	30
Gráfico 3. Total de reportagens sobre as ações e não ações do Estado em Salvador 2009 à 2018.....	31
Gráfico 4. Gráfico de relação entre normal climática (1981-2010) e acumulado de precipitação em 2015 Salvador .....	32
Gráfico 5. Gráfico de relação entre precipitação e ocorrência de deslizamentos em Salvador - abril 2015 - INMET .....	33
Gráfico 6. Gráfico de relação entre precipitação e ocorrência de deslizamentos em Salvador - maio 2015 - INMET.....	33

## **LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÔNIMOS**

ACM NETO - Antônio Carlos Magalhães Neto

CEMADEC - Centro de Monitoramento e Alerta da Defesa Civil de Salvador

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CODESAL - Defesa civil de Salvador

EUA - Estados Unidos da América

INMET - Instituto Nacional de Meteorologia

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NUPDECS - Núcleo Comunitário de Proteção e Defesa Civil

SEMPS - Secretaria Municipal de Promoção Social e Combate à Pobreza

SUCOM - Secretaria Municipal de Urbanismo

UFBA - Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....	13
2 OBJETIVOS .....	16
2.1 Objetivos específicos .....	16
3 METODOLOGIA .....	16
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	17
4.1 Um aparato teórico .....	17
4.1.1 Geografia do Clima: escala, espaço e território.....	17
4.1.2 Da suscetibilidade à construção do perigo.....	20
4.1.3 Construção do conceito de risco na climatologia.....	22
4.1.4 Risco: concepção teórica do racismo ambiental .....	24
4.2 Discursos hegemônicos do risco .....	27
4.2.1 Caracterizando a agenda pública e as concepções ideológicas da mídia .....	27
4.2.2 Espacialização do risco por meio das reportagens.....	36
4.2.3. A análise das reportagens .....	38
5 CONCLUSÃO .....	46
REFERÊNCIAS.....	48

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

A depender do contexto social, político e histórico, o conceito de clima é construído, vivenciado, percebido e experimentado de forma diferenciada pelas diferentes sociedades e grupos sociais. Essas mudanças ocorrem por intencionalidades e finalidades diversas.

Nas ciências, o conceito de clima partiu do estado das médias e das estatísticas para a sucessão dos diversos tipos de tempo (HANN 1880; KOPPEN, 1906). Posteriormente, avançou-se e teve como foco o ritmo climático e o sítio urbano como uma escala de análise de interesse nas abordagens da geografia (MONTEIRO, 1969, 1976, 2001) e, por fim, foi adicionado na metodologia de análise, a contradição dialética no modo de produção capitalista e como esse se produz e reproduz o espaço (SANT'ANNA NETO, 2001, 2008, 2011).

Essas mudanças se deram no âmbito científico, mas, também, no âmbito social, religioso e no senso comum. Assim como também ocorreu com a forma na qual compreendemos e percebemos os impactos e riscos climáticos. Por exemplo, para uma moradora de um município na região norte do Brasil, no qual o clima é equatorial, com alto índice de acumulado de precipitação anual, a chuva tem um significado e um impacto diferente para uma moradora do semiárido brasileiro. Entretanto, essa diferença também ocorre sobre um mesmo espaço urbano. Sendo essa a pergunta central que motivou essa pesquisa: Por que a chuva impacta de forma diferente os diferentes sujeitos moradores sobre um mesmo espaço urbano?

Essa pergunta não é nova ou tão pouca original. Diversos pesquisadores há anos buscam compreender essa realidade social. Inclusive é inspirada no professor e pesquisador João Lima Sant'Anna Neto (2001). Mas, trata-se de compreender aspectos particulares da realidade soteropolitana, contribuindo, assim, com trabalhos como de Gonçalves (2009) e tendo influências de debates e propostas inicializadas por diversos pesquisadores sobre do clima urbano e desigualdades sociais nos impactos ambientais (MENDONÇA, 2001; HERCULANO, 2008; SUSAN, 2011; ZANGALLI JR., 2015, 2018, 2020; ARMOND, 2016, 2018; NASCIMENTO JR., 2018; OUTROS).

Como escala de análise, parte-se do clima urbano de Salvador e buscou-se compreender como o modo de produção e reprodução do espaço via clima condiciona processos racistas e ao mesmo tempo (por meio do movimento dialético) produz e aprofunda as desigualdades dos impactos climáticos. Por isso, questionou-se o papel social do Estado nesse processo e como este age sobre os episódios de eventos extremos no município de Salvador - Bahia.

Para atingir os objetivos, investigou-se como o risco climático é construído pela classe hegemônica por meio da análise dos discursos desses sujeitos via mídia sobre a temática de deslizamento e alagamento no município de Salvador.

Tantas são as abordagens de análises sobre clima urbano. Para esse trabalho escolheu-se a Geografia do Clima. Abordagem essa que parte da análise do clima urbano a partir da apropriação, produção e reprodução do espaço urbano (SANT'ANNA NETO, 2011).

O espaço urbano foi e é reproduzido seguindo a lógica de produção do sistema capitalista. O capitalismo cria estruturas e classes sociais no qual uns são mais sujeitos que outros, uma vez que na sua essência permite a acumulação privada de capital concentrados nas mãos de poucas pessoas, ou de uma determinada classe social. Isso é materializado no espaço urbano por meio da espacialização dos fenômenos e fatos sociais, produzindo espaços segregados e fragmentados (PAVIANI, 1994; SANT'ANNA NETO, 2011; SPOSITO, 2013; ALMEIDA, 2019; dentre outros). Dessa forma, os impactos das manifestações do tempo e do clima, também são diferentes entre os sujeitos que habitam esses espaços.

Considera-se que Salvador foi e é estruturada historicamente sob a égide desse modelo que resulta em territórios segregados que são ocupados e produzidos por sujeitos distintos. Um dos agentes responsáveis pelo gerenciamento e ordenamento deste território é o Estado. Logo, esse agente tem um papel central na produção dessas desigualdades sociais e ambientais, uma vez que é de responsabilidade desse agente produzir e gerir o território.

Os impactos sociais e ambientais em Salvador atingem de forma diferenciada a população negra sendo essas as mais atingidas. Essa diferenciação não é somente devido ao processo de suscetibilidade. Na verdade, esse é um dos argumentos que são apropriados pela classe hegemônica para mascarar os reais processos que culminam em uma desigualdade nos impactos ambientais e no racismo ambiental. O clima e os seus impactos são construções sociais, que carregam intencionalidades e valores. Dessa forma, o Estado, assim como a classe hegemônica, demanda mecanismos ideológicos que ocultem essas contradições e os conflitos socioambientais.

A mídia, que também é um agente social em disputa, é considerada, neste trabalho, a partir das agendas conservadoras e progressistas (KOWARICK, 2009). Por isso, a relação entre ambos deve ser analisada considerando que todo discurso tem uma historicidade, um caráter social e carrega uma perspectiva político-ideológica. Por isso, buscou-se categorizar e classificar algumas das possíveis narrativas que a classe hegemônica utiliza para legitimar a construção social do risco climático por meio da mídia. Sendo ela um meio de propagação e legitimação de seus ideais

Nesse trabalho, a contradição central que nos move é a de que sempre que houver injustiças sociais e ambientais sobre os corpos dos sujeitos negros há um indicador de racismo ambiental e sempre que essas injustiças geram perdas humanas há evidências de uma necropolítica (MBEMBE, 2018).

Esse processo que ocorre no município de Salvador é uma injustiça ambiental (climática) que podemos chamar de Racismo Ambiental. Os estudos sobre a temática, apontam que o racismo ambiental é operacionalizado pelo Estado desde políticas públicas de desapropriação dos territórios quilombolas e indígenas (de forma direta ou indireta) até a invisibilização ou a sua presença e ausência em determinados bairros com predominância de população negra. Inclusive, ao longo desse trabalho, aponta-se indicativos desse processo dialético entre a presença e ausência do Estado e como isso aprofunda as desigualdades nos impactos climáticos em Salvador.

O racismo ambiental é legitimado pelos discursos oficializados pela classe hegemônica na mídia (e como a mesma trata os atingidos) porque foram estes sujeitos que sofreram significativamente com os acumulados de chuva e os episódios extremos em Salvador. Evidenciando desta forma um projeto político de morte (de fazer e deixar morrer), no qual utiliza-se de fenômenos como a chuva para legitimar as perdas materiais, simbólicas e humanas dos atingidos.

O conceito de atingido mudou ao longo dos anos no Brasil, sobretudo, no âmbito da legislação. Reconhecer um indivíduo ou grupo como atingido é reconhecer os direitos legítimos a ressarcimento ou reparação (VAINER, 2008) que vão além da dimensão imediata. Portanto, esse conceito também é uma construção social, disputada ao longo do espaço e do tempo por grupos sociais distintos, conforme o contexto político e é por isso que optamos pela sua utilização quando nos referimos aos sujeitos impactados pela manifestação desigual dos episódios extremos.

Ao longo desse trabalho mostraremos por meio das análises dos discursos hegemônicos como o Estado por meio de suas ações e não-ações é um dos agentes responsável pela construção social dos impactos e riscos climáticos e como em um jogo dialético aprofunda as desigualdades ambientais e o racismo ambiental.

## 2 OBJETIVOS

Esse trabalho parte do objetivo de analisar os discursos hegemônicos sobre a temática do deslizamento e alagamento no município de Salvador e a construção do risco climático e do racismo ambiental por meio da abordagem da Geografia do Clima.

### 2.1 Objetivos específicos

- Investigar os processos sociais que culminam na construção do racismo ambiental em Salvador;
- Analisar os discursos do Estado por meio da mídia e como este aborda as questões dos eventos extremos;
- Compreender as ações, decisões, estratégias e posições do Estado diante dos episódios de eventos extremos no município de Salvador.

## 3 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, este trabalho foi realizado em três etapas:

i) A elaboração do banco de dados sobre os acumulados de chuva em Salvador. Analisamos os dados pluviométricos do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET- no recorte temporal de 1991 a 2019 (período com os dados completos e consistentes - de janeiro a dezembro).

ii) O tratamento histórico das reportagens do jornal eletrônico e impresso local chamado Correio da Bahia: o que a Bahia quer saber no recorte temporal de 2009 a 2018. No resultado das buscas aparecem reportagens sobre a temática em diversos locais do Brasil e do mundo, mas demos um enfoque ao município de Salvador.

iii) Análise dos dados de ocorrências de deslizamentos registrados pela defesa civil de Salvador no período de 2014 a 2018 e registro de chamadas feitas à defesa civil nesse mesmo período. Esse recorte temporal se justifica pelo acesso aos dados fornecidos pela defesa civil. Julga-se importante esse dado, pois são os dados oficiais da prefeitura de Salvador e por meio deles podemos confrontar informações oficiais de registro de deslizamentos e como a população percebe o risco por meio das chamadas a esse órgão.



## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Um aparato teórico

#### 4.1.1 Geografia do Clima: escala, espaço e território

Geografia do clima se difere da climatologia geográfica a partir do momento em que fundamenta sua abordagem no método de análise do materialismo histórico-dialético. Por meio desse método, é inaugurada uma outra forma de conceber, perceber, ler e interpretar o clima por meio e pelo modo de produção do espaço sob uma sociabilidade capitalista. Isso significa, de certa forma, superar a separação entre a natureza e a sociedade, inserindo não apenas a dimensão espacial nas análises dos impactos climáticos, mas os processos de (re)produção capitalista do espaço (SANT' ANNA NETO 2001, 2008, 2011).

Sant'Anna Neto (2001) apresenta que um mesmo fenômeno climático não atinge a todos da mesma forma sobre o mesmo território. Isso significa dizer que os impactos ambientais são diferenciados entre os territórios e entre os sujeitos. Uma vez que, sobre o modo de produção capitalista, o espaço e os sujeitos são hierarquizados e são divididos em classes, geralmente entre os que detêm e os que não detêm capital.

O território e as relações sociais são construções sociais, assim como o clima e riscos climáticos. Isso significa dizer que o clima na geografia deve ser considerado para além de dados estatísticos. A análise do clima pressupõe aspectos históricos e sociais (SANT' ANNA NETO 2001, 2008, 2011).

É por meio da relação clima-sociedade que compreendemos os processos e as contradições ambientais que são também sociais e espaciais (ARMOND e ZANGALLI JR., 2020). É partindo das contradições espaciais que pode-se compreender como os impactos ambientais são diferenciados.

Cutter (2011) nos apresenta como os impactos climáticos são diferenciados em uma escala global e regional, a depender do grau de vulnerabilidade de cada território. Mas, é possível, também, observar essa contradição dos impactos em escala urbana e até interbairros e intrabairros.

Jogar luz sobre a escala do clima urbano não é apenas localizar os elementos climáticos (ou fatores), mas relacionar e revelar processos naturais e sociais. Pode-se afirmar, portanto, que a suscetibilidade e o perigo por si só não responde aos questionamentos de pesquisadores no qual partem da realidade contraditória e (re)produzida por meio da luta de classes.

Segundo Armond (2016), a escala do clima urbano é fundamental, pois é essa escala de análise que joga luz aos atingidos dos eventos e episódios extremos na cidade. Concorda-se com a autora, especialmente porque os sujeitos mais vulneráveis deixam de ser apenas geolocalizados e passam a ter um rosto, uma história, uma individualidade e uma subjetividade. Dessa forma, a depender da corrente das (os) pesquisadoras (es) pode-se dar oportunidade de voz e protagonismo da classe não-hegemônica, que é a classe mais vulnerabilizada, a narrar a sua história.

A intencionalidade da pesquisa é evidenciada pelo jogo de escalas, podendo revelar ou mascarar elementos, fenômenos, processos e fatores condicionantes em um processo dialético de generalizações e singularizações que constituem a realidade como ela é, como ela se apresenta. Isso não significa dizer que exista uma escala que seja propriamente geográfica ou a única a ser utilizada quando trabalhamos com processos espaciais. Mas significa dizer que, a partir do fenômeno a ser estudado e da intencionalidade do pesquisador e da pesquisa, algumas escalas podem ser priorizadas (HARVEY, 2015; ARMOND, 2016; CARLOS 2019).

Como um dos objetivos dessa pesquisa foi compreender os processos de construção do risco climático no município de Salvador, a escala que foi julgada mais apropriada para revelar os processos de risco e vulnerabilização é o clima urbano de Salvador.

Na busca de identificar os processos envolvidos na reprodução espacial, parte-se do conceito de Harvey de espaço. Harvey (2015) divide o espaço em 3 dimensões, sendo elas: i) espaço absoluto; ii) espaço relativo; iii) espaço relacional.

i) Espaço absoluto: o espaço é abordado com limites e fronteiras, com uma temporalidade maior e duradoura.

ii) espaço relativo: o espaço é compreendido por meio das relações entre os objetos e técnicas. Logo, está relativo ao objeto e fenômeno da mesma forma que ao sujeito.

iii) espaço relacional: “espaço considerado, como estando contido em objetos, no sentido de que um objeto pode ser considerado como existindo somente na medida em que contém e representa em si mesmo as relações com outros objetos.” (HARVEY, 2012, p. 128).

O espaço, portanto, é absoluto-relativo-relacional, uma vez que vivenciamos uma forma de sociabilidade capitalista de produção e consumo em um mundo no qual esses processos estão cada vez mais mundializados. A cidade é um espaço absoluto, com os seus limites, mas é relativo na medida em que as pessoas transitam sobre esse espaço e é relacional na medida em que processos capitalistas e não capitalistas transformam esse espaço e as relações sociais por meio do processo de valorização destes.

Na geografia a questão da natureza não se separa da questão social, pois fazemos parte dessa natureza, mesmo que em certa medida, nos distanciamos dela. Além disso, as nossas relações sociais se dão por meio do espaço, espaço esse que é físico, mas também histórico e construído socialmente.

É a partir dos anos 70 do século passado que se inicia um movimento de ruptura com a Geografia Clássica. A Geografia passa a ser pensada a partir do materialismo histórico-dialético, dessa forma as contradições sociais materializadas no espaço são reveladas ou pelo menos incorporadas no debate geográfico científico (CARLOS, 2019). A divisão e diferenciação espacial não se dá apenas por questões físico-ambientais, mas agora pela divisão social e territorial do trabalho e consequentemente em grupos sociais de classes distintas.

Se a sociedade está estruturada sobre um modelo econômico desigual que produz uma sociedade dividida em classes e por meio da análise desse sistema é possível compreender as transformações espaciais (CARLOS, 2019).

O Espaço, que é: produto, meio e condição em que as relações sociais se concretizam, no qual as relações sociais se reproduzem. O espaço dessa forma é complexo, pois as relações sociais são complexas e conectadas, principalmente em um mundo no qual o processo de mundialização e de divisão social e territorial do trabalho se aprofunda. Entretanto, é nesse espaço também no qual os indivíduos e grupos sociais habitam e criam significados e valores. Um imóvel, torna-se um lar quando é carregado e atribuído de valores, histórias, acontecimentos alegres e tristes.

O espaço torna-se um lugar quando esses valores humanos (materiais e simbólicos) são atribuídos. O clima, uma árvore, um imóvel, um rio, não devem ser vistos como uma barreira para o avanço para o capital, mas sim como elementos no qual pessoas atribuem valores simbólicos. Por isso, em um planejamento do território não deve excluir os sujeitos que ali habitam.

Por meio do espaço em que a sociedade se produz e reproduz e no espaço em que os fenômenos sociais e ambientais também se produzem e reproduzem, ou seja, a natureza é transformada em espaço social pelo trabalho por meio das técnicas. Em síntese, Carlos (2019, p. 22) define o espaço como “condição, meio e produto da reprodução da sociedade”.

O espaço que é produto, meio, condição ao mesmo tempo absoluto-relativo-relacional. Sobre o espaço a sociedade se produz e reproduz ao mesmo tempo em que transforma e é transformada pelo espaço geográfico. Sendo assim, uma construção social. Os impactos ambientais sobre esse espaço geográfico é um processo também são construções sociais e

discursos são apropriados e utilizados para ocultar esses processos, tais como o da suscetibilidade. Na próxima sessão debate-se a construção da suscetibilidade ao perigo.

#### **4.1.2 Da suscetibilidade à construção do perigo**

O deslizamento de massa e alagamento são considerados um processo natural entre a relação precipitação, gravidade, vento, relevo e outros agentes exógenos. Quando ocorrem sobre um território ocupado, vivido e reproduzido o impacta de alguma forma. Seja em maior ou menor grau, a depender do território no qual o sujeito ocupe, sendo dessa forma um revelador das desigualdades socioeconômicas.

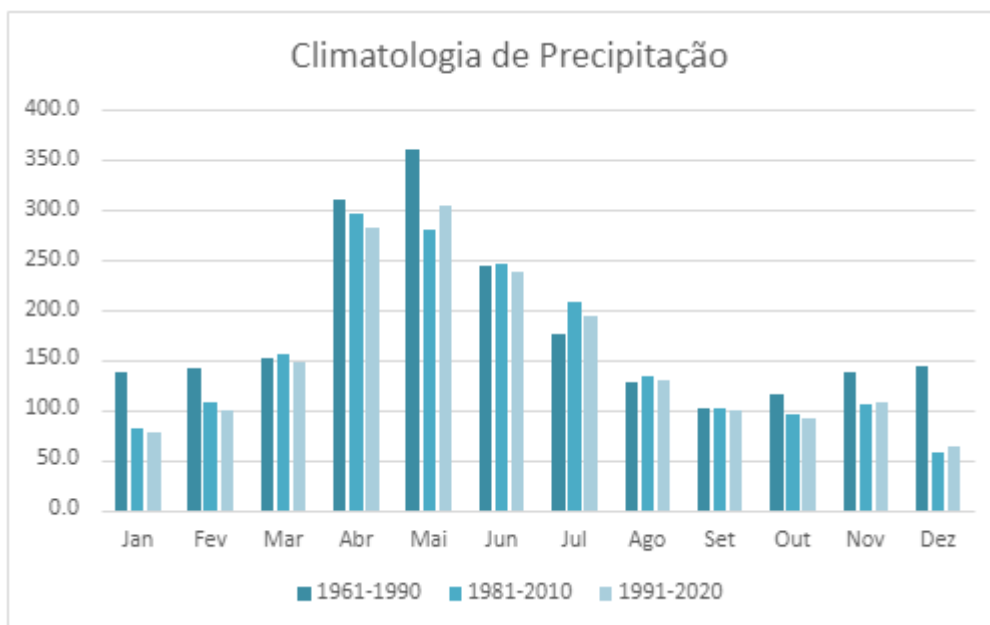
Para justificar as desigualdades nos impactos, máximas como “Xangô e Iansã passaram por aqui: Bahia registrou 183 mil raios” (CORREIOS, 2021) são utilizadas e propagadas pela mídia para mascarar processos históricos e sociais.

Os eventos extremos de precipitação são considerados quando um acumulado de precipitação supera a um limiar estatístico de um determinado período em um determinado local. Entretanto, não somente os valores acima dessa média produzem impactos em uma sociedade. Dessa forma, devemos entender as excepcionalidades por e a partir das contradições territoriais sobre um mesmo espaço geográfico. Assim, compreende-se que episódios ocorrem também no que é considerado habitual (ZANGALLI JR., ALVES, 2021).

É nesse processo de relação entre extremo e habitual que o impacto se manifesta. Lidamos com processos espaciais e ao longo deste trabalho evidenciamos que diversos conceitos são construídos e carregam uma intencionalidade. Um episódio extremo é para além de uma média estatística, trata-se da materialização de um processo no qual pessoas tiveram perdas: suas casas e imóveis (materiais), vidas (humanas) e seu modo de vida (simbólico). Por isso, não se deve excluir da abordagem dos eventos extremos a dimensão social e histórica (ZANGALLI JR., ALVES, 2021).

Salvador apresenta o tipo climático Litorâneo Úmido, segundo a classificação de Strahler (2005), com influência das massas de ar tropicais marítimas, apresentando durante o ano altas temperaturas e umidade, tendo o período chuvoso compreendido principalmente entre os meses de abril a julho como pode ser observado no gráfico abaixo.

**Gráfico 1.** Regime de precipitação em relação as normais climáticas



Fonte: INMET

Segundo Zangalli Jr e Alves (2021), Salvador, atualmente apresenta um acumulado médio entre os anos de 1991 a 2020 de 1.816,2 mm, com a média de 188 dias de chuva ao ano. Mas, essa distribuição habitual da precipitação começa a se configurar como um problema quando excede o limiar de 25,5 mm em 24h tornando-se um evento extremo, especialmente quando relacionados aos processos de urbanização. Esses autores apontam que a maioria dos episódios extremos ocorridos no município foram em dias em que o evento de precipitação foi considerado "normal". Assim, é evidenciado uma relação direta dos impactos com a produção do espaço.

O impacto de um episódio pode atingir somente um indivíduo, mas o seu processo não deve ser individualizado. Discursos tecnicistas como irregularidade ou de acumulado acima do habitual, por exemplo, são apropriados e reproduzidos principalmente por instituições do Estado como a Defesa civil, o que tende a apagar do processo a responsabilidade do Estado na sua presença e ausência nesses territórios. Por isso, o perigo também deve ser analisado sob uma dimensão relacional. Logo, a exposição do perigo na cidade não deve ser naturalizada e nem apagada do seu processo político.

O risco não pode ser simplificado à exposição ao perigo. Dessa forma, rompe com o paradigma que percebe o risco como um fenômeno probabilístico e o perigo como evento

danoso e passa a compreender o risco como uma construção social e podendo ser um instrumento por justiça ambiental (NASCIMENTO JR., 2018).

#### **4.1.3 Construção do conceito de risco na climatologia**

No sistema capitalista de produção, a natureza é instrumentalizada. Dessa forma o risco ambiental (e climático) é parte desse processo (NASCIMENTO JR., 2018). Assim como todo conceito, o risco foi (re)construído, apropriado, disputado e passou por transformações ao longo da história. Pode-se demarcar o período das Grandes Navegações que o conceito de risco é utilizado de forma sistemática.

Nascida das ciências matemáticas, os cálculos de riscos eram utilizados nesse primeiro momento para se calcular a possibilidade de ganho ou perda nas transações comerciais (NASCIMENTO JR., 2018).

No segundo momento, nos séculos XVII e XVIII, o risco é apropriado pelas Teorias de Probabilidades e utilizado nos cálculos de finanças. Mais uma vez, evidenciando a sua aplicabilidade no mercado capitalista para extração de mais valor/ lucro (NASCIMENTO JR., 2018). Outras áreas e ciências também se apropriam desse conceito, demonstrando seu caráter multidisciplinar.

De forma geral, o risco é tratado como uma probabilidade negativa ou de perda. O risco é, portanto, nessa concepção, um instrumento técnico, calculável. Se o risco pode ser calculável, ele pode ser previsto, dessa forma, pode ser evitado ou diminuído o seu impacto e dano.

Nascimento Jr. (2018) defende que não há problemas em compreender o risco como uma probabilidade, mas é preciso estar atento aos processos históricos e políticos, pois caso ocultem esses processos, podem mascarar contradições sociais.

Uma possibilidade outra de leitura é entender o risco com uma construção social. Assim, acrescenta-se ao debate a dimensão histórica e social ao mesmo tempo que a adição de valores morais, políticos e econômicos. A concepção teórica do risco como uma construção social é um ato político, podendo ser a favor das classes hegemônicas ou da classe trabalhadora.

Segundo Nascimento Jr (2018) o risco tem a mesma raiz da vulnerabilidade e o define como “um conceito multidisciplinar, polissêmico, linguístico e atrelado a paradigmas específicos [...]” (NASCIMENTO JR, 2018, p.65).

A partir da escala, da metodologia e dos produtos cartográficos gerados os processos de vulnerabilização podem ser revelados ou não, a depender da intencionalidade do pesquisador (a).

Para entender os processos que tornam uma classe social mais vulnerabilizada, e consequentemente mais atingida aos impactos ambientais, temos que compreender o conceito de vulnerabilidade. Segundo Susan Cutter (2011, p.60) “a vulnerabilidade é o potencial para a perda”. Há dois tipos de elementos da vulnerabilidade: a) o de exposição ao risco e; b) propensão ao risco. E a autora continua e define a vulnerabilidade como:

(...) o potencial para a perda. A vulnerabilidade inclui quer elementos de exposição ao risco (as circunstâncias que colocam as pessoas e as localidades em risco perante um determinado perigo), quer de propensão (às circunstâncias que aumentam ou reduzem a capacidade da população, da infraestrutura ou dos sistemas físicos para responder à e recuperar de ameaças ambientais) (CUTTER, 2011, p.60)

Nascimento Jr. (2018) entende que a vulnerabilidade é uma categoria do risco. Essa categoria é um instrumento político, isso porque entender o processo de vulnerabilização é superar a suscetibilidade e a naturalização dos impactos dos fenômenos climáticos. Logo, é uma forma de luta social para a redução de impactos e de tempo de respostas aos danos, bem como a sua superação, ou seja, para a redução do próprio risco (CUTTER, 2011).

Armond (2018) avança no debate sobre vulnerabilidade, indo além da dimensão econômica de renda. E afirma que a vulnerabilidade é um processo espacial.

Armond (2018) continua:

pode-se considerar que sendo a desigualdade uma das expressões sociais do modo de produção capitalista, a vulnerabilidade apresenta-se como uma de suas expressões espaciais. Essas assimetrias possuem como princípio fundante o alheamento. Enquanto houver capitalismo, ocorrerão assimetrias e heterogeneidades na distribuição dos desastres, sendo, a vulnerabilidade um de seus elementos estruturantes. Pode-se depreender, em última análise, que não há possibilidade de se findar as condições atuais de vulnerabilidade sob o capitalismo, posto que a vulnerabilidade, tal qual se qualifica e particulariza na sociedade atual, está pautada na desigualdade [ARMOND, 2018, P. 105]

Cutter (2011), também nos apresenta que sobre um mesmo território, um mesmo fenômeno (climático) teve impactos diferentes sobre os distintos grupos sociais. Dessa forma, pode-se afirmar que o risco é um fenômeno espacial e territorializado. Aqui usaremos a concepção teórica do território político. Mas entendemos que existem outras concepções. <sup>2</sup>

A vulnerabilidade, portanto, é um instrumento analítico e ao mesmo tempo político e revelador de processos sociais. Podendo responder questões de como a desigualdade nos

impactos climáticos (ambientais) as categorias de gênero, raça e etnia prevalecem a categoria renda, mesmo que ambas coexistem e se sobrepõem.

#### **4.1.4 Risco: concepção teórica do racismo ambiental**

A concepção da noção de raça surge no século XVI. Essa noção mudou ao longo da história dependendo das correntes ideológicas e políticas-econômicas. Para esse trabalho demarcou-se o Colonialismo/Grandes Navegações como o período no qual as primeiras implementações das ideias científicas-filosóficas de classificação da humanidade em diferentes grupos separados por raça surgiram de forma mais sistematizadas (podendo haver outra demarcação histórica). Herdado das ciências naturais - que classificavam as plantas e animais - as ciências humanas aplicavam essa classificação nos seres humanos para justificar a escravidão e o genocídio das populações, principalmente da África e das Américas (ALMEIDA, 2019).

Zangalli Jr. (2018) aponta que dentre as ciências humanas, a Geografia tem um papel central, em especial a climatológica, que foi instrumento ideológico nesse debate. O clima foi usado para justificar e legitimar o colonialismo europeu. Silvio Almeida (2019) também parte desse princípio e afirma que:

[...] condições climáticas e/ou ambientais – determinismo geográfico – seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre as diferentes raças. Desse modo, a pele não branca e o clima tropical favoreceriam o surgimento de comportamentos imorais, lascivos e violentos, além de indicarem pouca inteligência [...] (ALMEIDA, 2019, p.21).

O que esses dois autores apontam é que a ciência, mas não somente essa instituição, foi uma das responsáveis por criar concepções morais e racistas subsidiando, ao longo da história, mecanismos políticos para que essa população, historicamente minorizada, não desenvolvesse ódio racial e de classe. Por isso, o debate racial se mostra atual, pois a sociedade atual é originada e estruturada por uma ideologia racista.

Almeida define racismo como:

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2019, p.22).

O racismo ocorre no âmbito da individualidade, mas não somente. É também institucional e estrutural. Silvio Almeida afirma que as instituições “passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça.” (ALMEIDA, 2019, p. 26). E continua:



O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição (ALMEIDA, 2019, p. 71).

Almeida (2019), aborda o racismo no âmbito do direito, o que é compreensível na medida em que ele é um advogado. Entretanto, a dimensão do racismo ambiental não aparece e ressalta-se muitas vezes que esse tipo de racismo é operacionalizado por meio da lei. Por isso, foi feito um resgate da história e construção do conceito do racismo ambiental.

A noção de racismo ambiental surgiu nos EUA por meio de lutas sociais por justiça ambiental aliando-se ao movimento negro e a sua agenda por lutas por igualdades. A busca por justiça ambiental partia do princípio de que havia uma injustiça ambiental - racismo ambiental - nas ações estatais e das indústrias privadas nos danos ambientais nos bairros de moradia de trabalhadores, de pessoas de baixa renda ou grupo étnico-racial. E estudos apontavam que nos EUA o fator raça era mais forte que o fator renda na escolha da localização no qual seria implementado as indústrias ou atividades que geram danos ambientais e na saúde coletiva dos moradores próximos (ACSELRAD, 2002; HERCULANO, 2008).

Atualmente esse conceito de racismo ambiental foi ampliado e concorda-se com o Mir (2012) quando o autor afirma que o racismo ambiental é uma prática política, intencional ou não que desfavorece indivíduos ou um grupo baseado em sua raça ou cor, havendo perda material, simbólica ou humana.

O Brasil foi o último país a decretar o fim da escravidão nas americas, após mais de 300 anos e as consequências dessa escravidão são refletidas até os dias atuais. Se durante o período escravocrata a população afro-indígena era tratada como objeto ou seres sem almas, e foram destituídos da sua condição de sujeitos. Após o fim da escravidão, essa realidade muda para uma forma velada.

Em Salvador, naquela época, a recém liberta população ocupou as áreas do sítio urbano seguindo a lógica de expansão das linhas de transporte coletivo e próximo às indústrias e surgindo assim bairros como o local que chamamos atualmente de Subúrbio ferroviário. Evidenciando assim, que a cidade foi expandida seguindo a lógica do capital.

Sabemos que os primeiros projetos municipais de urbanização do município de Salvador foram desenvolvidos no século XX, mas esses projetos não tinham um olhar sobre

os locais das populações com as menores taxas de rendas que, conseqüentemente, era a população preta. Essa falta (intencional) de planejamento (consideramos isso como um tipo de planejamento) urbano-ambiental do Estado sobre determinadas áreas da cidade, agrava a concentração populacional. É sob essa perspectiva que o chamado Miolo de Salvador é expandido a partir dos anos de 1970, evidenciando um processo de segregação socioespacial.

Como vimos, houve, e ainda há, um processo de marginalização de uma parcela da população, população essa que tem uma cor e uma renda específicas. Uma das conseqüências desse processo é que a população branca e a não branca não ocupavam e não ocupam o mesmo território independente da sua proximidade espacial. Assim, as teorias racistas, que antes legitimavam a escravidão, passaram a legitimar segregação socioespacial, ou melhor, o apartheid à brasileira.

É com essa divisão feita pelo Estado sobre os que devem viver e os que devem morrer, não só de forma direta, mas também na exposição ao risco que se define o que é racismo ambiental.

Podemos apontar que o risco é um fenômeno territorializado. Segundo Santos (1996) território usado é o espaço historicizado e território apropriado por um povo. Dessa forma o espaço torna-se uma categoria de análise geográfica. O espaço é compreendido pela sua produção social, e é também revelador de contradições sociais, inclusive de ações intencionais do Estado no qual se materializa sobre o espaço urbano ou melhor sobre o território usado as suas intencionalidades, geralmente operacionalizadas por e para a classe hegemônica.

O território segundo Santos (1996) deve ser compreendido pelo seu uso a partir da tecnosfera (a relação entre o mundo dos objetos, como estradas e aeroportos) e a psicofera (esfera da ação no qual transforma a mente dos sujeitos para transformá-los em consumidores).

O território dessa forma é apropriado pela classe hegemônica que por meio de seus usos têm uma intencionalidade para obtenção do lucro. Quando abordou-se que Salvador foi expandida seguindo a lógica do capital é isso que estamos evidenciando.

Dessa forma, não podemos apenas considerar uma divisão espacial estanque que compreenda a relação do risco climático e do racismo a partir de limites espaciais fixos, é preciso colocar em perspectiva a relação entre o espaço absoluto, relativo e relacional. Por isso, não podemos mais considerar, ao menos na Geografia o fenômeno do risco a partir da área, ou seja, das áreas de risco, mas sim, a partir dos territórios em riscos, uma vez que: i) a exposição ao perigo não deve ser naturalizada; ii) o risco deve ser compreendido como uma

construção social; iii) o Estado capitalista tem um papel central no ordenamento do território e condicionando determinados grupos sociais a habitarem determinados locais na cidade.

Em síntese, neste tópico percorreu-se como a noção de raça foi utilizada para classificar os diferentes grupos humanos e os seus discursos justificaram uma narrativa que inferiorizava todos os grupos sociais que não pertenciam à classe hegemônica. Dessa forma, a ciência - e aqui joga-se luz a geografia e o determinismo geográfico pela climatologia - tem um dever histórico de reparação social, por meio da busca por justiça social, espacial e ambiental.

Depois, foi apresentado como o racismo se materializa no espaço geográfico por meio da segregação geográfica, condicionando principalmente sujeitos pretos a habitar em territórios que são invisibilizados pelo Estado e que tem como projeto de planejamento urbano a exclusão social dos direitos civis, evidenciando sua dimensão institucional e estrutural.

Por fim, apresentou-se como o processo de segregação é aprofundado quando se constata que os danos ambientais e na saúde coletiva, oriundos dos fenômenos climáticos, é concentrado em territórios de moradia principalmente de sujeitos pretos, evidenciando um racismo ambiental.

## **4.2 Discursos hegemônicos do risco**

### **4.2.1 Caracterizando a agenda pública e as concepções ideológicas da mídia**

Em uma sociedade capitalista, um pequeno grupo social, a classe hegemônica, exerce um maior poder sobre a maioria da população. Essa relação de poder pode ocorrer de diversas formas e em diversas escalas. Os discursos que a classe hegemônica utiliza são reproduzidos muitas vezes pela mídia de massa e contribuem para justificar o não planejamento urbano (intencional) e legitimar as perdas humanas e materiais após eventos ambientais, omitindo informações técnicas e científicas e de certa forma disciplinando os corpos dos atingidos.

Para esse trabalho considera-se hegemônico todo processo relacional articulado entre os padrões de produção e consumo que por meio desse permite o acúmulo de capital. Sendo assim, um instrumento capitalista. As ideologias e discursos hegemônicos são aceitos e assegurados pelo sistema socioeconômico, político e cultural vigente (BRAND, 2021 )

A classe dominante utiliza-se da estratégia de generalizar os seus interesses e visões de mundo para serem aceitas (ou obrigadas a serem) pelas classes não-hegemônicas. Mas para isso, os seus interesses são tornados atraentes e necessários, além de serem aparentemente comuns, pelo menos para a maioria dos sujeitos. Dessa forma, os padrões de comportamento

são tornados socialmente normais por um processo de naturalização a-histórica. Penetrando no modo de vida comum e cotidiana (BRAND, 2021)

Em Salvador os atingidos pelos alagamentos e deslizamentos de massa são, na maioria, sujeitos pretos e com renda baixa, portanto, esse processo não é resultado de aspectos singulares e individuais como lixo jogado nas ruas, dos acumulados de chuva ou de algum fenômeno mítico, mas de múltiplas determinações que culminam em processos de racismo ambiental operado pelos sujeitos e instituições hegemônicas que gerenciam o Estado.

Segundo Sant'Anna Neto (2001) temos tecnologias suficientes para impedir esses impactos, resultantes da relação entre produção do espaço urbano e manifestações do tempo atmosférico, entretanto todos os anos pessoas são atingidas por esses processos. E, como afirma Marx (2011) a história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa. Logo, essa ciclicidade pode ser considerada como ação política de Estado, em uma relação dialética entre a ordem e a desordem espacial.

Como essa pesquisa se concretizou no âmbito do clima urbano, a análise do discurso centrou-se em como a mídia trabalha o conceito de clima-natureza-sociedade. Segundo ZANGALLI JR (2018) é possível, a princípio, classificar em quatro grupos as concepções ideológicas do clima. Essas concepções são ocidentais, cristãs e utilitárias à reprodução do capital.

A primeira é a concepção de natureza primitiva, uma natureza intocada que precisa de proteção. Esse discurso é encontrado em leis de proteção ambiental para justificar a construção de unidades de conservação pelo Estado, o que demonstra aspectos conflituosos e contraditórios. Essa concepção, ao mesmo tempo em que trata a natureza como indefesa, a trata como selvagem.

A segunda dimensão é da concepção mística cristã de um prenúncio de um apocalipse. Essa dimensão trabalha com o medo, medo esse que disciplina os sujeitos que têm temor de uma ira mística no qual a humanidade a qualquer momento pode ser punida por um fenômeno sobrenatural que é onipotente.

A terceira dimensão é a concepção de que nós, a humanidade, podemos dominar, domesticar o clima. Essa dimensão é revelada em discursos que somos nós, os seres humanos, que somos responsáveis pelas mudanças climáticas por meio do consumo e o capital e o mercado internacional seriam responsáveis pela criação de soluções por meio da técnica e da geoengenharia. Essa dimensão é importante, pois ela mascara os impactos e as contradições da acumulação de capital. A quarta e última dimensão é a da moral e ética do clima.

Partimos da premissa de que a mídia funciona como uma ponte entre os sujeitos hegemônicos e a população não-hegemônica, mediando, como o próprio nome sugere, essas relações. A mídia é: “um dos sujeitos que conferem credibilidade a um tema para que este se torne algo de interesse público. [...] estão longe de uma imparcialidade política e econômica[...]” (ZANGALLI JR, 2015, p.109).

Nenhum discurso é neutro, a escolha de cada palavra, mesmo que produzida de forma espontânea, carrega um conjunto de signos e uma carga histórica, social e política (VIEIRA; RIBEIRO, 2007). Desvelar os mecanismos ideológicos, portanto, de inversão e ocultamento da realidade se fez crucial. Por isso, a análise dos discursos da mídia possibilitou compreender como são construídos os riscos climáticos e o racismo ambiental em Salvador.

Ao tratar as reportagens entre o período de 2009 a 2018 do jornal eletrônico e impresso “Correio da Bahia: O que a Bahia quer saber” – em especial as reportagens do ano de 2015, emergiram categorias analíticas que permitiram aprofundar os discursos e as dimensões ideológicas da relação clima e sociedade, sendo elas: i) eventos e episódios extremos em Salvador; ii) ações e não ações dos poderes públicos em Salvador;

Neste trabalho considera-se ação e não ação como um processo dialético e multo. A medida em que o Estado realiza uma não ação ao mesmo tempo está realizando uma ação de forma intencional ou não. No momento em que o Estado não realiza uma obra, ou deixa um território em risco exposto ao perigo, logo deixando para morrer os sujeitos que ali habitam. Revelando assim, um processo de presença e ausência do Estado.

Na categoria *Eventos e episódios extremos* em Salvador buscou-se revelar por meio das reportagens que noticiavam os impactos de eventos e episódios extremos no município e como a mídia abordava esses eventos e episódios. Mesmo as massas de ar úmidas atuando sobre o município de Salvador ao longo do ano e não havendo período seco, percebe-se que a mídia se debruça sobre essa pauta no período compreendido entre os meses de abril a maio. Evidenciando uma agenda pública, pelo menos desse jornal estudado, ao abordar esses assuntos justamente no período no qual os acumulados de chuva são maiores.

Na segunda categoria, *Ações e não ações do Estado em Salvador*, o objetivo foi identificar como as ações e as não ações e as presenças e ausências do Estado foram abordadas pela mídia. Buscando identificar se há uma periodicidade para elas, como em anos eleitorais. Verificou-se que o período de maior atuação do Estado é justamente no período em que há maior acumulado de chuva no ano, evidenciando que o Estado atua de forma pontual, no momento em que a chuva se materializa e desnuda as desigualdades sociais. Por meio destas,

foram identificadas algumas das formas de como o Estado atua e se faz presente dando algum tipo de assistências aos atingidos, sendo elas:

a) Abrigo aos atingidos: “Prefeitura de Salvador disponibiliza abrigos para vítimas das chuvas” (CORREIO, 2015);

b) Suporte e realização de cadastro na secretaria de promoção social e combate à pobreza ou o assistencialismo as pessoas atingidas: “Auxílio-aluguel já foi concedido a 276 famílias; cadastro continua” (SANTOS; MARQUEZINI, 2015);

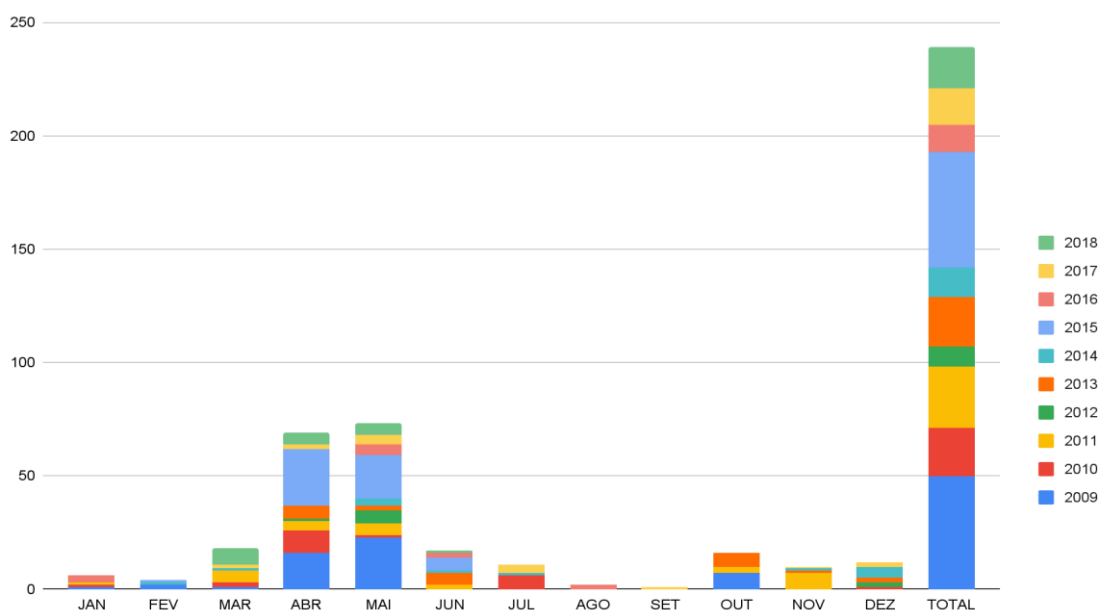
c) Defesa civil atuou no registro de ocorrências e prestação de serviços técnicos de verificação de áreas de riscos: “Defesa Civil registra 36 ocorrências na manhã desta quinta-feira” (CORREIO, 2015);

d) Medidas de “prevenção” interditando casas ou vias: “Ladeira da Montanha volta a ser interditada nesta segunda-feira (25)” (CORREIO, 2015);

e) Obras nas encostas: “Governador Rui Costa entrega contenção de encosta em São Cristóvão” (CORREIO, 2015);

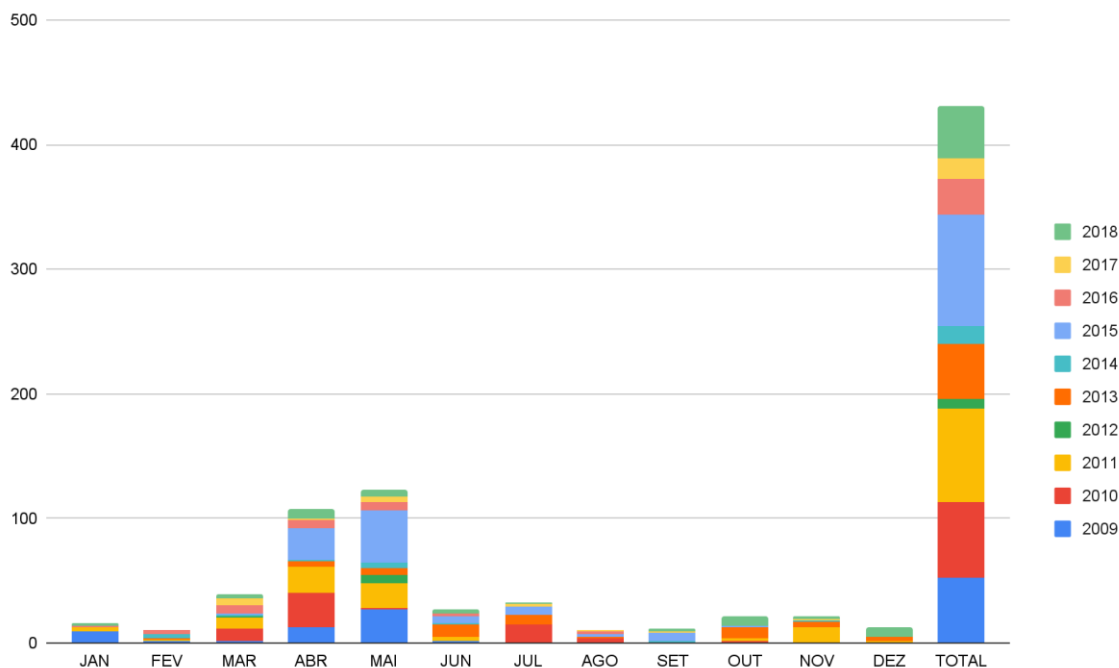
f) Projetos de leis: “Prefeito anuncia projeto que amplia benefícios às vítimas de calamidades” (CORREIO, 2015); podendo haver outros subgrupos. Os gráficos 1 e 2 representam a calendarização das reportagens por categoria e de distribuição mensal e anual da mesma.

**Gráfico 2.** Total de reportagens sobre os eventos e episódios extremos em Salvador 2009 à 2018



Fonte: Correios da Bahia

**Gráfico 3.** Total de reportagens sobre as ações e não ações do Estado em Salvador 2009 à 2018



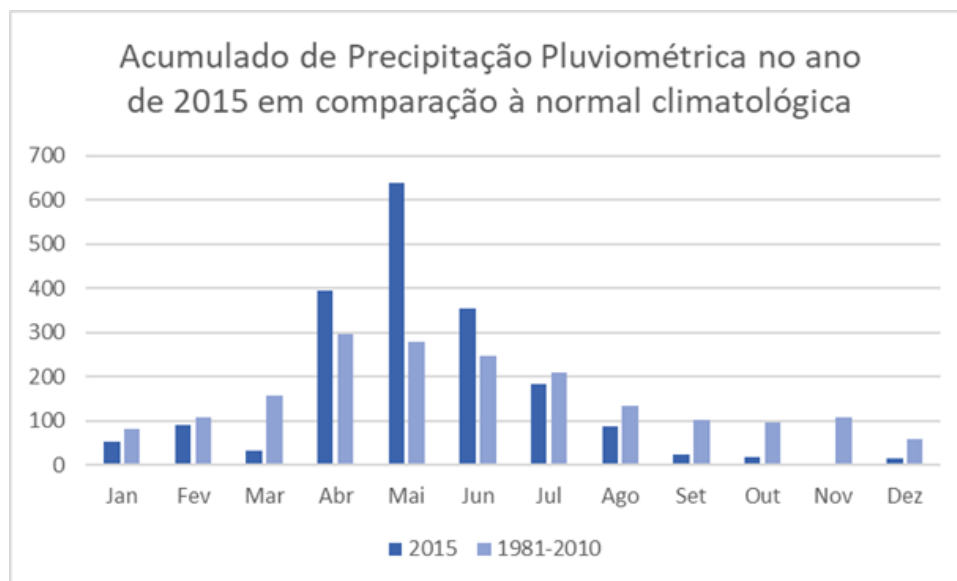
Fonte: Correios da Bahia

Analisando esses gráficos constata-se que há uma concentração de reportagens entre os meses de abril e maio, justamente o período mais chuvoso do ano na cidade. De forma geral, as baixas reportagens identificadas nos meses de janeiro e fevereiro, em todos os anos analisados, se justificam pela sazonalidade climática e por outras dimensões da relação clima e sociedade como os temas relacionados ao verão, turismo e carnaval. Inclusive, de modo geral, as poucas reportagens nesses meses são de eventos e episódios fora de Salvador, o que contribui para a manutenção de um imaginário sobre os episódios extremos e, ao mesmo tempo, um distanciamento das suas relações e acontecimentos. As reportagens sobre episódios em Salvador são, também, relacionadas a temática do verão como podemos ver nessa manchete: “Chuva com raios e trovoadas altera planos dos soteropolitanos no primeiro fim de semana pós-carnaval” (CORREIO, 2015) e, de forma geral, essa matéria fala do impedimento da diversão em uma praia devido à chuva.

No ano de 2015, como é visível, é um ano com bastante reportagens, inclusive foi o ano em que houve os maiores números de deslizamentos e alagamentos. Entretanto, esse ano foi considerado um ano habitual em acumulados pluviométricos. Mas, nos meses de abril e

maio tiveram acumulados acima da média, como pode-se observar pelo gráfico de relação entre a normal climatológica e o acumulado de precipitação em 2015.

**Gráfico 4.** Gráfico de relação entre normal climática (1981-2010) e acumulado de precipitação em 2015 Salvador



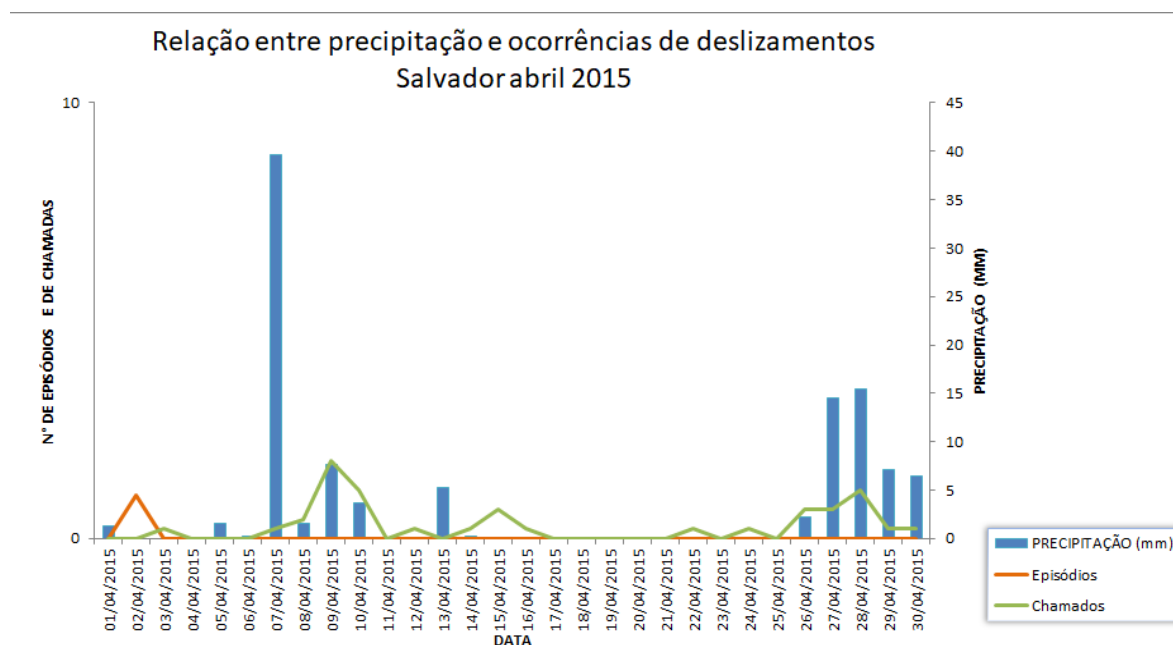
Fonte: INMET

Buscando superar a lógica e os discursos na qual transforma a classe trabalhadora em sujeitos passivos da sua condição, elaborou-se gráficos no qual relaciona as ocorrências de deslizamento e as chamadas dos munícipes relacionando com o acumulado de chuva, mostrando como um impacto pode ocorrer em um dia no qual o acumulado foi classificado como habitual assim como Zangalli Jr. e Alves (2021) apontam.

Nos gráficos abaixo pode-se observar a relação entre o número de ocorrências de deslizamento segundo a Defesa Civil de Salvador (CODESAL), as chamadas dos munícipes feitas a CODESAL e o acumulado de chuva nos meses de abril e maio em 2015 segundo os dados do INMET.

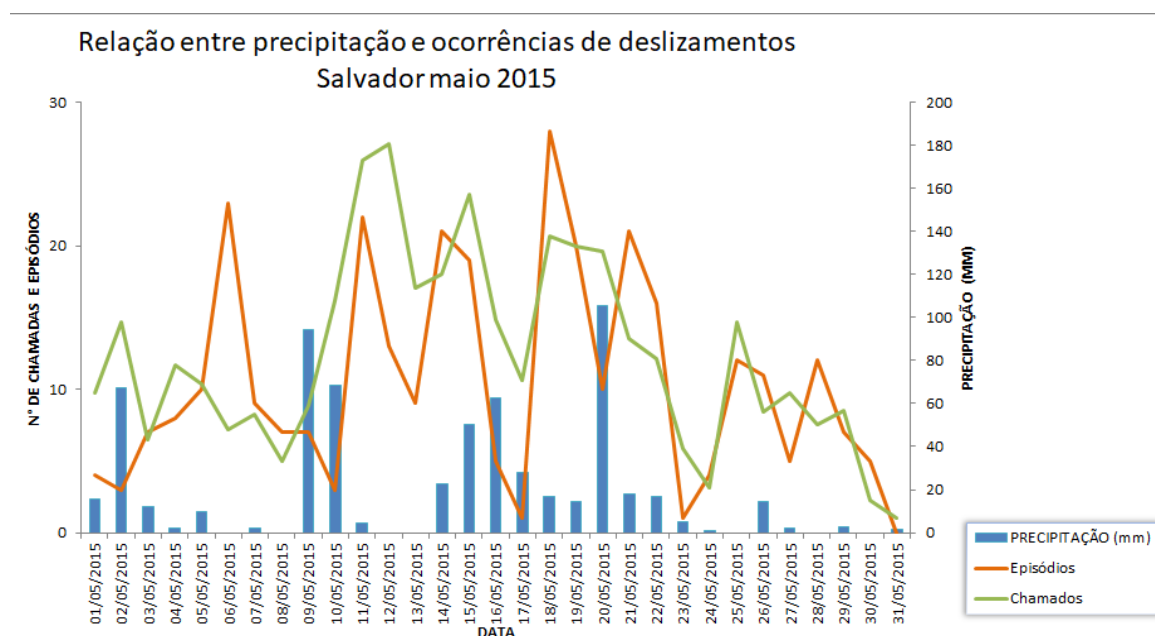


**Gráfico 5.** Gráfico de relação entre precipitação e ocorrência de deslizamentos em Salvador - abril 2015 - INMET



Fontes: INMET e CODESAL

**Gráfico 6.** Gráfico de relação entre precipitação e ocorrência de deslizamentos em Salvador - maio 2015 - INMET



Fontes: INMET e CODESAL

A partir desses gráficos observa-se que no mês de abril de 2015 os dias chuvosos ficaram concentrados entre os dias 07 à 13 e de 26 à 30. O número de ocorrência e deslizamentos é praticamente zero durante quase o todo mês, mas com destaque ao número de chamadas percebe-se que aumenta à medida que o acumulado de chuva aumenta. Podendo

ser um indicador que a partir do momento que chove a população aciona a CODESAL como uma forma de prevenção.

Para o mês de maio percebe-se que os picos de episódios e chamadas ocorrem depois dos acumulados em 24 horas, evidenciando que os episódios e os riscos não existem somente no momento no qual a chuva se concretiza, mas em momentos anteriores e posteriores a chuva, portanto, o risco não é somente uma probabilidade futura, mas é atual e refletida e concretizada em diversos momentos.

Há uma correlação entre a precipitação e o número de chamados à CODESAL. Isso é um indicativo de que a população conhece o perigo e percebe o risco de modo significativo. Percebe-se, também, que os deslizamentos não estão necessariamente ligados à precipitações intensas, podendo os acumulados de precipitação ao longo de alguns dias deflagrar mais deslizamentos, como é o caso dos deslizamentos registrados nos dias 06/05 ou 11/05, em que ao menos três dias consecutivos com acumulados acima de 10mm contribuíram para a deflagração dos fenômenos.

Na busca de fazer uma análise qualitativa desses dados quantitativos. Observa-se que após o episódio do dia 27 de abril de 2015, no qual 8 pessoas morreram depois de 2 deslizamentos de terra na Avenida San Martin e Bom Juá, as chamadas dos munícipes feitas a CODESAL, aumentaram de forma significativa. Além disso, o número de registros de deslizamento feito pela CODESAL aumentou de forma considerável, e esse episódio deflagrou e repercutiu na mídia local com a cobertura dessa tragédia nos dias que se seguiram. Por isso, debruçou-se para a análise de como a mídia aborda a temática.

Como a mídia muitas vezes se inclina para a classe hegemônica sempre dando voz a esses, foi possível identificar as quatro concepções ideológicas da natureza e do clima elucidadas por Zangalli Jr (2018). Assim, essas dimensões ideológicas aparecem da seguinte forma:

**a) Culpabilizando os atingidos e naturalizando os impactos:** “Três imóveis desabam por conta das chuvas nesta segunda-feira (29) em Salvador” (CORREIO, 2015).

**b) Processo fatalista:** Mulher morre após ser atingida por desabamento de muro em Salvador” (CORREIO, 2015);

**c) Castigo divino:** “Se a humanidade foi praticamente exterminada pela primeira vez com um dilúvio – está no Velho Testamento –, dessa vez a responsável por tentar conseguir tal feito, ao menos para alguns moradores da Boca do Rio, em Salvador, seria a força dos ventos.” (MARINHO; CORREIO, 2018);

**d) Disciplinarização dos corpos:** “Nosso objetivo com o simulado é mostrar à população como se comportar num episódio de risco, seja de alagamento ou deslizamento de terra, afirmou o diretor geral da Defesa Civil, Sosthenes Macêdo.” (CORREIO, 2018);

Destaca-se nessa última reportagem a figura do Estado, personificado no diretor geral da defesa civil, justificando que as suas ações são preventivas, ou seja, o risco é tratado como uma probabilidade, como uma ação futura.

Segundo Zangalli Jr (2020) na percepção de um munícipe morador do bairro do Lobato o risco para o Estado existe como algo pontual: “Quando está chovendo o risco existe, quando para de chover o risco deixa de existir”. Inclusive, o período do projeto anual “Operação Chuva” ocorre somente entre os meses de abril a junho, juntamente o período de maior acumulado de chuva no município e justifica, ao mesmo tempo, a periodização e a preferência discursiva da mídia que atrela a produção dos riscos à agenda do Estado e, conseqüentemente dos impactos.

Aqui aponta-se uma contradição. A escolha das localidades para os “cursos de prevenção” é após registros históricos de deslizamentos e de estudos resumidos na cartografia de risco, portanto, o risco não é algo futuro ou apenas materializado no momento da chuva, mas é um constructo histórico. Ao tratar o risco somente como algo futuro oculta-se o risco diário.

**e) Legitimação das ações do Estado :** “Prefeitura entrega geomanta no bairro de Boa Vista do Lobato” (NASCIMENTO, 2018) ou para justificar a aliança do setor público com o setor privado:

A região da bacia do Mané Dendê, no Subúrbio Ferroviário de Salvador, vai receber obras de microdrenagem, saneamento básico, urbanização e mobilidade, novas unidades habitacionais para a população carente e ações sociais, a exemplo de capacitação profissional.

[...]

O investimento é de US\$ 135 milhões (R\$507,6 milhões), sendo US\$ 67,5 milhões fruto de empréstimo internacional assinado em junho com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e contrapartida de igual valor pela Prefeitura. (CORREIO, 2018).

Nesta reportagem também pode ser associada a terceira categoria de percepção do clima de ZANGALLI JR (2018) e vemos como o clima e a chuva pode ser utilizada como mercadoria e como discurso político que legitimam as ações dos poderes públicos, principalmente em obras de geoengenharia na aliança do Estado com iniciativas privadas e mercado financeiro.

#### 4.2.2 Espacialização do risco por meio das reportagens

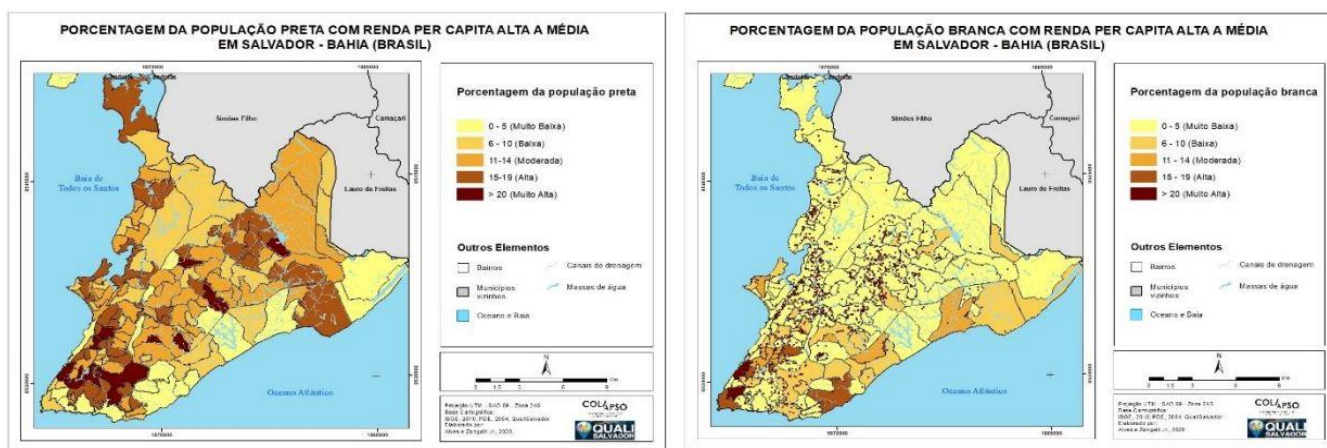
Com enfoque nas reportagens do ano de 2015, constatou-se que os bairros de habitação da população de renda média ou alta, não são citados mostrando que nesses espaços não há uma perturbação causada pela chuva, ou quando há não se configura de grande relevância. As raras reportagens são sobre queda de galhos de árvores que não atingiu nenhum sujeito ou que geraram apenas engarrafamento. Mostrando que a chuva não atinge todos os grupos sociais na mesma proporção - apesar de buscar uma aparente homogeneidade. A classe média e alta e quando são atingidos são na mudança da rotina como engarrafamentos como vemos nesse trecho de reportagem “na Rua Esperanto, no bairro da Graça, houve uma queda de árvore bloqueando o tráfego da via local, que não gera impactos no trânsito.” (CORREIO, 2015).

Os bairros que aparecem com frequência são os bairros que podem ser divididos em dois grupos: o Centro e o Miolo de Salvador.

No Centro, os bairros que mais aparecem nesse grupo são: Lapinha, Santo Antônio Além do Carmo e o Centro. Nesses bairros o que se destaca são os casarões históricos que desabaram. Esses casarões são ocupados pela população de renda muito baixa ou foram abandonados pelo Estado.

Pode-se observar pelo documento cartográfico abaixo a distribuição da população preta e a sua renda pelo município de Salvador e no Centro. Enquanto a população branca concentra em poucos bairros dotados de infraestrutura e aparato técnico, a população preta, mesmo quando acessa níveis de renda mais altos, se distribui por bairros historicamente vulneráveis, evidenciando dessa forma que a cor é um atributo no processo de construção do risco climático.

**Figura 1.** Relação entre população de média e alta renda, por cor, e os deslizamentos de massa em Salvador.



Fonte: ZANGALLI JR., ALVES, 2021

Como a maioria dos casarões são tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e não podem ser demolidos ou vendidos, sem uma justificativa, além de a sua reforma ser muito cara. Podemos afirmar que o Estado abandona esses casarões, deixando os intemperes da natureza agir. Dessa forma as casas caem de forma natural. A maioria da população ocupa esses casarões não tem usucapião:

Destruindo as sobras de concreto com marretas, quatro funcionários da Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom) trabalharam, ontem, na demolição do que sobrou das duas casas atingidas pelo desmoronamento de um casarão na Ladeira da Preguiça, Centro Histórico de Salvador.

No acidente, o marinheiro Ueslei dos Santos Barbosa, 33 anos, perdeu o irmão. Ele observou a demolição da casa onde morou por três anos com Olberdan dos Santos Barbosa, 32. Além da casa deles, a de um outro irmão foi derrubada. Ainda serão postos no chão os restos de dois casarões — cujas fachadas laterais desmoronaram após as chuvas. São os prédios de número 7 e 9. A demolição é feita manualmente e depende das condições do tempo para ser concluída.

Os imóveis foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação de acordo com Decreto Municipal 24.435, de 7 de novembro de 2013. O objetivo é a implantação do Projeto de Requalificação do Entorno da Ladeira da Preguiça e Adjacências. Ainda ontem, outro imóvel histórico também começou a ser demolido. O prédio de seis andares fica na Rua do Taboão, no Centro Histórico, e havia cedido parte da estrutura no sábado. (Marquezini; Santos, 2015)

Esse fenômeno é típico dos grandes centros urbanos no Brasil. É uma estratégia do mercado imobiliário visando a especulação imobiliária. Dessa forma esse mercado se alia ao Estado para a concretização dessa limpeza ética. O Estado utiliza muitas vezes de discursos de risco nesse caso, em especial o perigo é o fenômeno da chuva para justificar a retirada ou causar medo a essa população. Como afirma Monteiro:

Legitimados por discursos críticos à ociosidade da infra-estrutura instalada, à monofuncionalização e à degradação do espaço público, vemos surgir exemplos nacionais e internacionais de projetos desencadeadores de processos de reabilitação/revitalização/requalificação das áreas centrais. (MONTEIRO, 2011, p.3)

Na verdade, esse é um fenômeno antigo nos grandes centros urbanos da Europa como afirma Engels:

O crescimento das cidades grande modernas dá à terra de algumas áreas, particularmente daquelas centralmente localizadas, um progressivo valor artificial e colossal. As construções nestas áreas desvalorizam ao invés de valorizar, porque elas não pertencem mais às circunstâncias alteradas. Elas são demolidas e substituídas por outras. ENGELS (1935 apud HARVEY, 2008)

Já no Miolo de Salvador, os bairros de Barro Branco, Bom Juá, San Martins, Sussuarana e Cajazeiras são os mais frequentemente noticiados. Principalmente quando há desabamentos de origem natural, pois há perdas materiais e geralmente perdas humanas.

Nesses bairros também é frequente as demolições por origem do Estado com o discurso de prevenção.

Dez imóveis localizados em cinco bairros de Salvador foram demolidos pela prefeitura por conta dos riscos de desabamento após as fortes chuvas que atingiram Salvador nas últimas semanas. Os imóveis foram demolidos nos bairros de São Caetano (2), Marotinho (2), Liberdade (2), Baixa do Fiscal (3) e Vale dos Lagos (1). De acordo com a Secretaria Municipal de Urbanismo (Sucom), há programação para demolir diversas casas localizadas nos bairros de São Caetano, Lobato e Plataforma, ainda nesta semana.[...] (Correio, 2015)

A população que tem essas perdas materiais concretizadas, sobretudo em imóveis, recebem o auxílio moradia no valor de R\$ 300,00 por mês. Esse auxílio tem validade de 90 dias (CAIXA, 2020), mas geralmente prorroga-se e se encerra quando a família recebe uma casa em um conjunto habitacional.

Do total, 276 delas foram beneficiadas com o Aluguel Social benefício no valor de R\$300 pago através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (SEMPS). As demais estão distribuídas nos três abrigos disponibilizados pela administração municipal.(CORREIO , 2015)

É nesse grupo de bairros que são apresentadas a maioria das obras dos poderes públicos. Como vemos nessa manchete: “Prefeito entrega obras de contenção de encosta no Alto de Coutos” (CORREIO, 2015). Essa reportagem é do mês de setembro, ou seja, realizada depois do período de maior acumulado de chuva e dos impactos causados, dentre outros fatores, pela falta de atuação ou da atuação parcial do Estado.

#### **4.2.3. A análise das reportagens**

Por meio da caracterização de acumulado de precipitação no ano de 2015, depois identificadas os dois grandes grupos de bairros (territórios) no qual houve maior quantidade de reportagens e qual tipo de predominância de reportagem para cada grupo e feito uma relação entre as concepções do clima com as abordagens da mídia sobre os impactos das chuvas, foi feita a análise de três reportagens desse mesmo ano e sua categorização, sendo elas:

##### **i) O assistencialismo: entre as condições de habitualidade e excepcionalidade**

O discurso produzido nesta categoria foi expresso em matéria publicada no dia 30 de abril de 2015 intitulada “Quase 400 famílias moradoras de áreas de risco já recebem benefícios após chuvas”. A reportagem inicia informando e afirmando a dimensão assistencialista do Estado frente à materialização dos riscos, sugerindo que “cerca de 376 famílias moradoras de

áreas de risco e atingidas pelas fortes chuvas que caem em Salvador desde a última segunda-feira (27) foram ajudadas pela prefeitura até esta quinta-feira (30)”.

Destaca-se a palavra “ajudadas”. Essa palavra remete a benesse, favor, benevolência. Como se o Estado - aqui no caso a prefeitura - realizasse uma ação voluntária. Essa dimensão expressa na palavra ajudadas desobriga os poderes públicos à garantia dos direitos, que inclui a assistência aos atingidos por tragédias e calamidades, e apaga o seu papel na reparação histórica, uma vez que o Estado condicionou esses moradores a habitar em áreas segregadas. Importante lembrar que a moradia é um direito inalienável e assegurado na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). A partir do momento em que o Estado se comporta como um agente assistencialista que oferece “benefícios”, se ausenta da garantia de direito à moradia, que por sua vez, como mostrado de forma subjetiva, está relacionado ao direito à vida. Dessa forma negar direitos civis em troca de assistencialismo é negar o direito à vida. A reportagem continua e no segundo parágrafo a notícia é apresentada destacando o valor da “assistência”:

Do total, 276 delas foram beneficiadas com o Aluguel Social benefício no valor de R\$300 pago através da Secretaria Municipal de Promoção Social, Esporte e Combate à Pobreza (Semps). As demais estão distribuídas nos três abrigos disponibilizados pela administração municipal.

O aluguel social como mostrado neste parágrafo é no valor de R\$300 e tem o período de 3 meses. Questiona-se se com o valor de R\$300 é possível alugar uma casa/ apartamento em qualquer área com planejamento urbano minimamente adequado? E os bens materiais perdidos? Esse auxílio ajuda de fato as famílias atingidas a superar a sua condição de moradores de áreas em risco?

A dimensão temporal do auxílio (3 meses) deve ser problematizada. O auxílio cobre o período chuvoso, encerrando-se, justamente quando as chuvas deixam de se configurar como uma ameaça. Assim, o risco, que muitas vezes a prefeitura só reconhece no momento da precipitação, deixa de existir sem a precipitação - no plano discursivo e das políticas públicas - condicionando as famílias atingidas - mais uma vez pelo Estado - a retornar às suas antigas casas nas áreas em risco - aquelas que não perderam os seus imóveis por completos.

O terceiro, quarto e quinto parágrafos tratam da localização dos alojamentos que estão sendo utilizados para receber os desabrigados:

Na San Martin e Bonocô, são utilizadas estruturas de hotéis, com quartos e banheiros adequados para receber os desabrigados. No Largo do Tanque, foi locado um prédio onde funcionava uma clínica médica e, na Sete Portas, um galpão estruturado com banheiros químicos e contêineres podem abrigar pessoas, caso haja necessidade. A população conta ainda com o Espaço Cultural Axé, em Pau da Lima. Todos esses espaços têm capacidade para até 600 pessoas.

As escolas municipais Helena Magalhães e Carlos Batalha, ambas em Boa Vista de São Caetano, vão deixar de ser utilizadas como abrigos e retornam às atividades letivas na próxima segunda-feira (4).

Já os pertences (móveis, utensílios domésticos e afins) são encaminhados para um dos três galpões, localizados na Sete Portas, Comércio e Fazenda Coutos, com segurança feita por policiais militares e guarda municipal.

Não se trata de aspecto acessório. Como toda dimensão discursiva está estruturada sob a perspectiva do assistencialismo, o despejo de corpos indesejados se configura como algo que precisa ser naturalizado. Assim, nada impede que, descaracterizada a centralidade dos direitos civis – principalmente aquele relacionado à moradia -, as pessoas sejam despejadas em galpões “com banheiros químicos e contêineres”. O desfecho disso aparece com o projeto de lei criado para consolidar a ajuda. Assim os dois últimos parágrafos da reportagem apontam para a elaboração de um projeto de lei:

O projeto de lei que estabelece auxílio de até três salários mínimos para vítimas de calamidades na capital baiana foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Salvador durante sessão extraordinária realizada nesta quarta-feira (29). Atualmente, a prefeitura tem o auxílio-moradia, que é de R\$ 300 por mês, mas apenas para famílias que ficam desabrigadas.

O projeto de Lei nº 109/15 foi enviado à Câmara na noite de terça-feira (28) pelo prefeito ACM Neto. Com a aprovação, a ajuda valerá tanto para casos de deslizamento de terra e desabamentos, como incêndios e outras tragédias. A concessão do auxílio está condicionada à emissão de laudo técnico pelos órgãos municipais competentes. O pagamento deve ser iniciado na próxima segunda-feira (4).

Nesta finalização da reportagem é mostrado como até o ano de 2015 não havia uma lei no âmbito municipal que assegurasse uma verba para um auxílio aos atingidos de alguma tragédia- exceto famílias desabrigadas. O que importa destacar nesta parte final é como, diante da seletividade espacial dos deslizamentos, a construção discursiva hegemônica inverte os papéis e oculta os processos de vulnerabilização desses lugares, transformando direitos em auxílios. Essa é, portanto, uma construção discursiva que desvela uma das dimensões ideológicas do racismo ambiental.

## **ii) Presença e ausência do risco (Estado)**

O ano de 2015 foi um marco para a política de defesa civil do município de Salvador. Em dois episódios de chuvas, 21 pessoas perderam suas vidas. Dois episódios que ameaçam a coesão social e se configuraram como perigosos à ordem social. A resposta do Estado foi a criação de ações de prevenção, a criação de um centro de monitoramento do tempo e clima (CEMADEC) e a criação de um Sistema de Alerta e Alarme. Em 2018 essas sirenes distópicas,



que lembram um cenário de guerra, precisou ser acionada pela primeira vez – e não seria a última. Neste item analisaremos a “carta” escrita e publicada no dia 08 de maio de 2018 pelo diretor da Defesa Civil de Salvador, Sosthenes Macedo, trata-se de artigo intitulado “Defesa Civil forte e atuante”.

Os três primeiros parágrafos destacam uma rotina de trabalho dos órgãos de defesa civil. Diante do perigo, os protocolos pensados para gerir os riscos são acionados para que as vidas sejam preservadas, destacando-se a dimensão temporal da imediaticidade das ações vistas como “imprescindível na prevenção de desastres”. Mas, há um lapso temporal que precisam ser destacados, uma vez que, o sistema de alerta e alarme foi implementado em 2016 e dois anos depois, 2018, precisou ser acionada pela primeira vez.

Essa temporalidade não é acessória, principalmente porque o artigo destaca a criação dos “Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDECS), programa de capacitação voltado à disseminação de conhecimentos sobre as atividades da Codesal, percepção de risco, primeiros socorros, educação ambiental, entre outros”. Ainda segundo o artigo, esses núcleos foram “criados para reduzir a vulnerabilidade social”.

O debate deve voltar-se, então, para a construção do risco e a concepção a-história e abstrata de vulnerabilidade. Isso porque coexistem em disputa nesses lugares vulnerabilizados, perspectivas distintas de risco que, em alguma medida, o artigo tende a esconder, ou seja, há uma dualidade entre uma visão técnica objetivista e uma concepção social fundada no lugar. Isso aparece quando enunciado o “objetivo [de] formar voluntários aptos a atuar” de forma técnica, dessa forma, “com a adequada mobilização e conscientização da população” os efeitos negativos podem ser minimizados e mitigados.

Segundo Dutra (2015, p.180), a dimensão técnica e objetivista do risco tem sido utilizada para desterritorializar e construir uma perspectiva hegemônica para “legitimar ações de interesse econômico e político de segmentos mais privilegiados da sociedade, tendo como alvo as camadas mais pobres da população”. E é imprescindível lembrar que há uma dimensão espacial que estrutura e é estruturada por essa contradição, uma vez que, como nos lembra Carlos (2019, p.24) “o espaço se transforma em território a partir do qual o Estado não se estrutura”. Logo, o conflito social inerente ao processo descrito é ignorado e suavizado sem que a dimensão hegemônica do Estado seja arranhada.

Mas, há que se considerar que, tratando do risco no plano imaterial, o artigo considera que a conscientização da população que vivencia cotidianamente os riscos é um elemento capaz de reduzir a vulnerabilidade. O Estado, na figura da Codesal, incumbe-se de uma

abordagem iluminista que desloca o impacto e o desastre como resultado da ignorância dos atingidos. Dessa forma, como sintetiza Valencio (2010, p.752):

a relação hierárquica entre os agentes de defesa civil e a população vulnerável, na qual tudo se passa como se os afetados por desastres fossem, no geral, uma massa, composta de desqualificados; isto é, um contingente destituído de dignidade e de saberes, vítima de sua própria ignorância ao adotar comportamentos ou formas de territorialização tidos como temerários e que exigiria, portanto, um controle social externo.

A dimensão da vulnerabilidade é esvaziada, e isso faz parte de um processo de “desfazimento do lugar dos afetados” (VARGAS, 2013, p.143), e, portanto, compõe uma estratégia de desistoricizar os processos sociais que tornaram esses lugares vulneráveis e isso ocorre porque a “tendência da vulnerabilidade é organizar e estruturar o risco em sua história social” (NASCIMENTO JR, 2018, p.15).

Essa dualidade se soma ao caráter personalista imposto à dimensão política que mantém o Estado distante da sua dimensão territorial plena. A defesa civil é tratada no artigo a partir da figura do seu diretor, mas principalmente pela figura do chefe do executivo. Assim a verticalidade das ações é mantida e justificada e a fragmentação do papel do estado cumpre a sua funcionalidade. Isso se evidencia no trecho “a Defesa Civil de Salvador, a partir da reestruturação introduzida pelo prefeito ACM Neto, vem aperfeiçoando sua operacionalidade, priorizando o trabalho voluntário e a execução de ações de mitigação de risco”.

Trata-se de uma perspectiva que apresenta a dualidade entre uma perspectiva conservadora e outra progressista da questão social (KOWARICK, 2009), ou seja, o debate conservador individualiza as responsabilidades e coletiviza os danos, enquanto o debate progressista se posiciona na dimensão da garantia dos direitos sociais. Transitar nessa interface permite tratar os riscos por meio de uma desistoricização do processo de ocupação urbana condicionado por fatores estruturantes de uma sociedade com um sistema econômico que divide os grupos sociais em classe, espacializado e materializado de forma segregada. Essa perspectiva conservadora, culpa a pobreza/pobre pela sua condição ao mesmo tempo em que utiliza da pobreza para justificar as ocupações, os “danos” e “prejuízos”. Assim, o artigo cumpre sua função ao manter uma dimensão vertical e hegemônica, cognoscitiva e conservadora do risco, invertendo e ocultando as contradições espaciais. Dessa forma:

A ênfase nos riscos (...) esvazia os fundamentos estruturais e classistas dos desastres, colocando-os como “epifenômenos”. Inúmeros desdobramentos danosos são registrados como consequência de tais limitações, gerando a naturalização do processo, a ênfase nos procedimentos de emergência e o posterior abandono, e a consolidação de uma cultura de gestão pública fragmentada, feita de critérios

provisórios e convenientes à manutenção da ordem vigente, e ainda, promotora da distorção da própria noção de direitos (...) (VARGAS, 2013, p. 206)

Por fim, essas estratégias compõem a construção discursiva do racismo ambiental, uma vez que situa a vulnerabilidade num plano do combate aos danos, na capacidade de controlar as forças naturais que provocam os desastres por meio de uma consciência iluminista verticalizada. Nega aos sujeitos sociais vulneráveis que vivenciam os riscos em Salvador, que a superação dos fatores sociais que os vulnerabilizam é um direito social devido, nega as contradições e os conflitos e homogeneiza e esconde as reais dimensões do problema. No item a seguir trataremos da naturalização dos impactos.

### **iii) Naturalização dos fenômenos**

Já vimos que o Estado assume um papel assistencialista que justifica as ausências e as presenças tanto de suas ações quanto dos riscos (como dimensão discursiva). Essa dupla perspectiva reaparece como norma territorial reforçando a dimensão segregacionista da sua produção histórica. E isso ganha novos contornos quando assume o debate sobre a ordem e a desordem sustentada pela legalidade e ilegalidade das ocupações.

Mas, essa combinação demanda uma perspectiva de base: a naturalização dos episódios e a individualização dos impactos. Por isso apresentamos a reportagem intitulada “Construção de imóvel que desabou e matou família em Pituaçu era irregular” (grifo nosso) (MARINHO, 2015). Essa reportagem figura meses antes da carta aberta do diretor-geral da Defesa Civil de Salvador e, inclusive, tem trechos da fala do próprio. Nesse episódio houve perdas de vidas humanas.

Nos dois primeiros parágrafos são apresentadas as falas do Diretor da CODESAL Sosthenes Macedo:

O diretor da Defesa Civil de Salvador (Codesal), Sosthenes Macedo, afirmou na manhã desta terça-feira (13) que o imóvel de quatro pavimentos que desabou na Rua Alto de São João, em Pituaçu, foi construído de forma irregular. No desabamento, quatro pessoas morreram. Seis casas vizinhas foram isoladas – uma delas foi parcialmente demolida para facilitar o trabalho de resgate.

"Esse não é um local de escorregamento de terra. Trata-se de uma construção irregular. Ou seja, há um risco construtivo. Pelo que a gente apurou, era uma edificação de quatro pavimentos: sótão, térreo, primeiro andar e cobertura. Isso certamente pode ter pesado nesse período de chuvas e ter acontecido esse desabamento", afirma.

Dois aspectos centrais reaparecem como elementos de sínteses, primeiro a individualização e segunda a dimensão técnica do risco. Assim, a responsabilização pelo desabamento é da irregularidade do imóvel, ou seja, o “risco construtivo”. Trata-se de uma

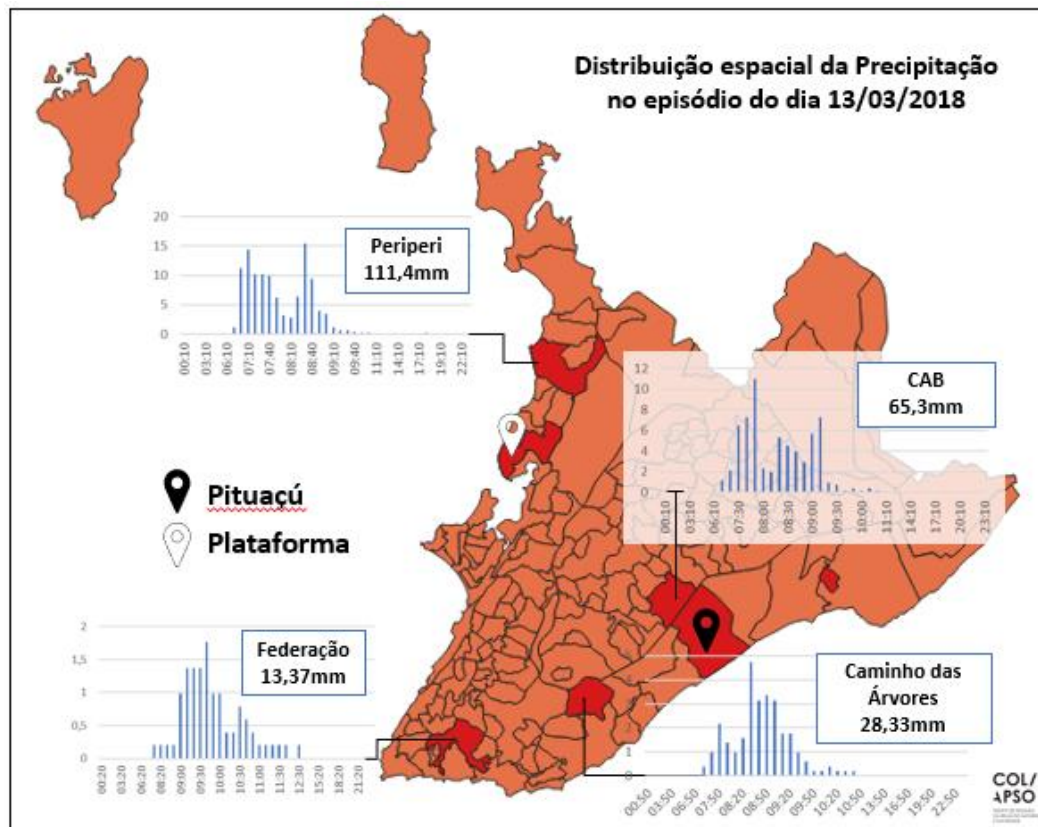
concepção liberal de análise da realidade dos fenômenos, já que ao mesmo tempo individualiza o fenômeno e apaga toda a historicidade do processo de produção do espaço urbano. É preciso analisar a realidade como ela se apresenta sob uma perspectiva histórica-dialética considerando que os processos são estruturais e estruturantes e o Estado tem um papel central, pois ele é um dos principais agentes que organizam e gerenciam o território.

Mas, essa perspectiva precisa de um fundamento natural para sua existência. Por isso, a reportagem apela à seletividade dos eventos para a naturalização dos fenômenos, como destacado no trecho “nas últimas 12 horas, choveu metade do previsto para todo mês de março em Salvador. "Chegamos a 108mm na região de Plataforma”. No entanto, Pituaçu é um bairro situado na orla atlântica de Salvador, com baixa susceptibilidade a deslizamentos. Porém, a reportagem selecionou o bairro de Plataforma, situado no subúrbio ferroviário, na Baía de todos os Santos e, sabidamente, uma das áreas da cidade com maiores acumulados de precipitação. Não à toa, quando selecionamos os dados do INMET, situado no bairro de Ondina, também orla atlântica de Salvador, os acumulados de precipitação em 24 horas no dia 13 de março de março foi de 20,8mm.

Se buscarmos uma distribuição da precipitação neste dia veremos que na estação pluviométrica do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN - situada no bairro do Caminho das Árvores, próximo ao bairro do episódio, os acumulados diários foram de 28,33 mm precipitados em 3 horas, ou seja, com a intensidade de 9,4mm/h. E a estação do Centro Administrativo da Bahia (CAB) o acumulado foi de 65,3mm com intensidade de 16,3mm/h. Conforme verificamos no mapa da figura 1.

Estabelece-se um duplo processo, naturaliza-se o impacto, ao mesmo tempo que humaniza a natureza. Essa combinação é fundamental para que o foco espacial e temporal que estrutura as desigualdades sociais e raciais históricas dilua-se nos acumulados de chuva.

**Figura 2.** Distribuição dos Acumulados de Chuva em Salvador (13/03/2018)



Fonte: CEMADEN

Recorre-se a uma dimensão sociotécnica oficial discursiva e os meios de comunicação acabam apenas transmitindo acriticamente o discurso oficial do Estado, que esconde a relação que o estado tem com as comunidades mais vulnerabilizadas, ou seja, o Estado condiciona, por meios de processos estruturais-estruturantes e históricos, que famílias ocupem essas áreas, depois, o Estado se ausenta não oferecendo políticas públicas de reparação social e histórica. Por último, se exime de qualquer responsabilidade civil sobre os episódios e eventos extremos na cidade e ainda inverte o papel do Estado para a dimensão assistencialista. Assim, como bem nos adverte Valencio (2010, p.756):

[...] a contestação, dita técnica, do direito de morar de um grupo – que, sem alternativas, segue para uma gradual insegurança territorial, material e imaterial – esconde escolhas políticas, pautadas por parâmetros por vezes impronunciáveis de crescimento econômico excludente, a que o espaço apenas reflete. Deste modo, a correspondência socioeconômica e étnico-racial na composição da vulnerabilidade e afetação nos desastres não é uma mera coincidência e só é passível à reversão se tratado no bojo da discussão maior sobre o modelo de desenvolvimento que a sociedade brasileira aspira.

Trata-se, portanto, de um debate que atravessa a estrutura social vigente que se apropria de modo privado do espaço, enquanto socializa os efeitos indesejados de sua reprodução ampliada. Tratar da relação entre tempo, clima e desenvolvimento é mais do que fundamental, mas precisa, antes de qualquer coisa, atacar a essência da sua existência, qual seja, as contradições sócio-históricas da sua lógica reprodutiva.

## 5 CONCLUSÃO

Para a síntese deste trabalho chamamos Kowarick (2009), quando o autor trata a dimensão do viver em risco na perspectiva conservadora americana. Uma primeira dimensão ideológica trabalhada é a da ética e moral, assim como as dimensões ideológicas elucidadas por Zangalli (2018), no qual a natureza também é trabalhada na lógica da ética e moral, logo a relação sociedade-natureza se retroalimenta sobre uma perspectiva social e moral, na qual a condição de pobreza (nesse caso relacionado diretamente a renda) de cada sujeito é individualizada, ocultando os processos históricos, logo cada indivíduo é responsabilizado por suas mazelas, mascarando os macroprocessos históricos e econômicos. Ou seja, os sujeitos atingidos, que são vítimas da expropriação e da acumulação capitalista são os culpabilizados pela sua condição, pois segundo as ideologias hegemônicas, nesses sujeitos faltavam uma vontade moral para a superação da sua realidade. Inclusive, ideias conservadoras afirmavam que a população afro-americana preferia receber essas assistências a trabalhar. Nos Estados Unidos da América a classe hegemônica generalizou os seus ideários utilizando-se da mídia para propagar e construir essa imagem do “é pobre porque não se esforçou o suficiente”.

No Brasil esse processo não é diferente, existe um monopólio nos principais meios de comunicação. Além disso, houve uma política de Estado aliada a economia capitalista associada a uma catequização em massa de uma moral cristã, no qual a divindade pré-determinava a condição de cada sujeito.

Encontrou-se reportagens afirmando que os deslizamentos são causados pelas construções irregulares, responsabilizando os atingidos por não terem renda o suficiente para construir um imóvel com os meios técnicos na sua plenitude, com um planejamento técnico ou até mesmo habitar em uma área da cidade dotada de maior infraestrutura, ocultando dessa forma, processos materiais e históricos dos atingidos.

No elaboração deste trabalho notou-se que em nenhum momento a mídia assumiu um papel de criticar os processos históricos e sociais que (reproduzem as desigualdades nos impactos ambientais, portanto, pode-se apontar que essa mídia (pelo menos o jornal analisado)

se alia à classe hegemônica reproduzindo discursos para a manutenção da ordem e da desordem espacial capitalista.

Esse trabalho buscou analisar as contradições ambientais materializadas no espaço urbano de Salvador e desmascarar discursos hegemônicos por meio da geografia do clima.

A geografia do clima se apresentou como um instrumental teórico de análise possível pois situa seu olhar nas dimensões espaciais, ambientais, materiais e cotidianas, ou seja, parte dos reais problemas ambientais, sociais e espaciais, considerando que este espaço é meio, condição e produto do modo de produção capitalista. Além disso, essa abordagem busca, por meio dessa análise histórico social incorporar a luta social por justiça social, espacial, ambiental, em suma, climática, pois é a partir das revelações das contradições que podemos mobilizar outros afetos capazes de nos mobilizar na superação real dos problemas por meio da luta por direitos humanos.

Por uma geografia da luta e da resistência!

Por uma geografia crítica e humana!

Por uma geografia da vida, da justiça e da esperança!

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental e construção social do risco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.5, p.49-6, jan/jun, 2002

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

Armond, Nubia Beray. Sobre formas e processos na gênese das chuvas no município do Rio de Janeiro. in \_\_\_\_\_. (org.). **Clima e gestão do território**. Jundiaí, Paco Editorial: 2016. p. 137-154.

ARMOND, N. B. ; Zangalli Jr, Paulo Cesar. Geografia do Clima em tempos de emergência(s) climática(s): um ensaio pelo materialismo. In: João Lima Sant'Anna Neto. (Org.). **Clima, Sociedade e Território**. 1ed.Jundiaí: Paco Editorial, 2020, v. 88, p. 19-40.

ARMOND, N. B. **Dinâmica climática, excepcionalidade e vulnerabilidade: contribuições para uma classificação geográfica do clima do estado do Rio de Janeiro** / Núbia Beray Armond - 2018.

BRAND, Ulrich. **Modo de vida imperial : sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global** / Ulrich Brand & Markus Wissen; tradução de Marcela Couto - São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em <[http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_04.02.2010/art\\_6\\_.asp](http://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_04.02.2010/art_6_.asp)>.

Acesso em 15 de abr de 2021.

CARLOS, ANA FANI ALESSANDRI. Uma Geografia do espaço. **A necessidade da Geografia**. 1 ed.São Paulo: ana fani, 2019, v. 1, p. 15-28.

CUTTER, Susan L. **A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores**, Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 93 93, junho 2011: 59-69

DEFESA Civil registra 36 ocorrências na manhã desta quinta-feira. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 30 de abr de 2015. Disponível em: Acesso em 12 de jun de 2020.

DUTRA, Adriana S. Problematizando o conceito de risco. **O Social em Questão**, ano XVIII, nº 33, p.177-192, 2015

Foto de Eduardo Bolsonaro como 'sheik' em Dubai repercute entre a oposição; deputado reage e defende gastos. **O GLOBO**. Disponível em: < <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/foto-de-eduardo-bolsonaro-como-sheik-em-dubai-repercute-entre-oposicao-deputado-reage-e-defende-gastos.html>>. Acesso em 18 de out de 2021.



GONÇALVES, Neyde M. S. Impactos pluviais e desorganização do espaço urbano em Salvador: *In*: MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo; MENDONÇA, Francisco (org.). Clima Urbano. São Paulo: Contexto, 2009. p. 69-92.

GOVERNADOR Rui Costa entrega contenção de encosta na Palestina. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 21 de set de 2015. Disponível em: Acesso em 11 de jun de 2020.

GOULART, Josette. A cena de pessoas catando ossos está na conta de Bolsonaro e ele sabe. **VEJA**. Disponível em < <https://veja.abril.com.br/blog/radar-economico/a-cena-de-pessoas-catando-ossos-esta-na-conta-de-bolsonaro-e-ele-sabe/>> . Acesso em 18 de out de 2021

HARVEY, D. Space as a keyword. In: CASTREE, N.; GREGORY, D. (org.). **David Harvey: a critical reader**. Malden e Oxford: Blackwell. Tradução livre: Letícia Gianella. Texto publicado no v.14, edição de n° 28 (2012) da revista GEOgraphia (do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense) e cedido para esta edição da Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. Rio de Janeiro 1° Semestre de 2015- n. 35, v. 13, p. 126 - 152.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. InterfacEHS (Ed. português), v. 3, p. 1/113-20, 2008.

LADEIRA da Montanha volta a ser interditada nesta segunda-feira (25). **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 25 de mai de 2015. Disponível em Acesso em : 11 de jun de 2020.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo, Editora 34, 2009, 320 pp.2020.

MACEDO, Sosthenes. Defesa Civil forte e atuante. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 08 de mai de 2018. Disponível em: . Acesso em: 13 de jun de 2020.

MARINHO, Nilson. Construção de imóvel que desabou e matou família em Pituacu era irregular. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 30 de abr de 2015. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/construcao-de-imovel-que-desabou-e-matou-familia-em-pituacu-era-irregular/>> . Acesso em 20 de fev de 2021.

MARX, Karl, 1818-1883. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx ; [tradução e notas Nélcio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 edições. 2ª edi. São Paulo. 2018.

MENDONÇA, F. **Geografia Socioambiental**. In: Terra Livre, n. 16, p. 113-132, 1º sem. 2001.

MIR, Javier Rodríguez. Los sinuosos caminos del racismo: el racismo ambiental en Argentina. **Revista de Antropología Experimental**, 12. Texto 4. 2012.

MONTEIRO, C. A. F. **Teoria e Clima Urbano**. Série Teses e Monografias, n. 25. São Paulo: Universidade de São Paulo 1976

MONTEIRO, C. A. F. **A frente polar atlântica e as chuvas de inverno na fachada sul-oriental do Brasil**. São Paulo: ed. da USP, 1969. (Série Teses e Monografias, n.1).

MONTEIRO, C. A. de F. **De tempos e ritmos: entre o cronológico e o meteorológico para a compreensão geográfica dos climas**. Geografia, Rio Claro, v. 26, n. 3, p. 131-154, 2001.

MONTEIRO, João Carlos Carvalhaes dos Santos. Habitação Social na Área Central do Rio de Janeiro: reflexões críticas a partir das ações do Programa Novas Alternativas. In: **XIV Encontro Nacional da ANPUR**, 2011, Rio de Janeiro. Anais do XIV ENANPUR, 2011.

Mulher morre após ser atingida por desabamento de muro em Salvador. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 27 de jun de 2015. Disponível em: Acesso em: 13 de jun de 2020.

NASCIMENTO JR, Lindberg. A Natureza do risco. In. \_\_\_\_\_. **Clima urbano, risco e vulnerabilidade em cidades costeiras do mundo tropical**: estudo comparado entre Santos (Brasil), Maputo (Moçambique) e Brisbane (Austrália). Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP, Presidente Prudente, 2018. Páginas 64-84.

NASCIMENTO, Vinícius. Prefeitura entrega geomanta no bairro de Boa Vista do Lobato. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 05 de set de 2018. Disponível em Acesso em 11 de jun de 2020.

PACHECO, Clarissa; BORGES, Thais. Chuva: 3 mil toneladas de lixo atiradas na rua diariamente ajudam a alagar Salvador. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 26 de abr 2013. Disponível em Acesso em 20 de abr de 2020.

PAVIANI, A. A Lógica da Periferização em Áreas Metropolitanas A lógica da periferização em áreas metropolitanas. In: SANTOS, M *et al.* (orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996, p. 182-190.

Prefeito anuncia projeto que amplia benefícios às vítimas de calamidades. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 27 de abr de 2015. Disponível em Acesso em 27 de mai de 2020.

Prefeitura demole dez imóveis com risco de desabamento em áreas de risco. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 13 de mai de 2015. Disponível em Acesso em 09 de jun de 2020.

Prefeitura de Salvador disponibiliza abrigos para vítimas das chuvas. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 27 de abr de 2015. Disponível em . Acesso em 10 de jun de 2020.

Quase 400 famílias moradoras de áreas de risco já recebem benefícios após chuvas. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 30 de abr de 2015. Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/quase-400-familias-moradoras-de-areas-de-risco-ja-recebem-beneficios-apos-chuvas/>>. Acesso em 20 de fev de 2021.

SANT'ANNA NETO, João Lima. Por Uma geografia do clima: Antecedentes históricos, paradigmas contemporâneos e uma nova razão para um novo conhecimento. **Terra Livre**. São Paulo. n° 17. 2° semestre/2001. p. 49-62.

\_\_\_\_\_. Da climatologia geográfica à geografia do clima: gênese, paradigmas e aplicações clima como fenômeno geográfico. **Revista da ANPEGE**, v. 4, p. 1-18, 2008.

\_\_\_\_\_. O clima urbano como construção social: da vulnerabilidade polissêmica das cidades enfermas ao sofisma utópico das cidades saudáveis. **Revista Brasileira de Climatologia**. Ano 7 – Vol. 8 – JAN/JUN/2011. p. 45-60

SANTOS, M. A.. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção** (1996). 3. ed. SÃO PAULO: HUCITEC, 1999.

SANTOS, Gil; MARQUEZINI, Giulia. Auxílio-aluguel já foi concedido a 276 famílias; cadastro continua. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 01 de mai de 2015. Disponível em . Acesso em 09 de jun de 2020.

“Serão dias nublados, com chuva e trovoadas”, diz meteorologista. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 10 de abr de 2015. Disponível em Acesso em 10 de jun de 2020.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: Pedro de Almeida Vasconcelos; Roberto Lobato Corrêa; Silvana Maria Pintaudi. (Org.). **A cidade contemporânea. Segregação Espacial**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2013, v. 1, p. 61-93.

STRAHLER, A.N. **Hypsometric (area-altitude) analysis and erosional topography**. Geological Society of America Bulletin, v. 63, p. 1117-1142, 1952.

Susan L. Cutter. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores », **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**. 2011. Traduzido por Victor Ferreira. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 59-69

VAINER, C. B. . Conceito de "Atingido": uma revisão do debate. In: Franklin Daniel Rothman. (Org.). **Vidas Alagadas - conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. 1 ed.Viçosa: UFV, 2008, v. , p. 39-63.

Três imóveis desabam por conta das chuvas nesta segunda-feira (29) em Salvador. **Correio: o que a Bahia quer saber**. Salvador, 29 de jun de 2015. Disponível em Acesso em 10 de jun de 2020.

VALENCIO, Norma, F. L. S.; **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro**. Saúde Soc. São Paulo, v.19, n.4, p.748-762, 2010.

VARGAS, M. A. R. **Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”**: a luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2013.

VIEIRA, GÊYVISSON SILVA GOMES; RIBEIRO, MATHEUS SOUSA. **Discurso, Natureza e Crise Ambiental: Os limites do discurso ambiental no Brasil**. TECNOLOGIA DE GESTÃO AMBIENTAL. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS CAMPUS MARECHAL DEODORO, 2017. p 1-168.

ZANGALLI JR, Paulo C. **Entre a ciência, a mídia e a sala de aula**: contribuições da Geografia para o discurso das mudanças climáticas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

\_\_\_\_\_ **O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital**: governança do clima e sujeitos sociais. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2018.

\_\_\_\_\_ A NATUREZA DO CLIMA E O CLIMA DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 26, p. 295-311, 2020.

ZANGALLI JR, Paulo Cesar; ALVES, Grace B. . A cidade que não combina com a chuva: risco e vulnerabilidade em Salvador. In: Santos, Elisabete; Benevides, Tânia; Borja, Patrícia Campos; Moraes, Luiz Roberto Santos; Oliveira, Nilce de; Pedrassoli, Julio Cesar; Souza, Joilson; Gama, Cintia Mendes; Fróes, Fátima. (Org.). **QUALISalvador: Qualidade do Ambiente Urbano na Cidade da Bahia**. 1ªed.Salvador: EDUFBA, 2021, v. , p. 125-148.